

REVISTA NECAT

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO NÚCLEO DE
ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

ANO 1, NÚMERO 2, JUL-DEZ DE 2012



REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense.

Editores:

Lauro Mattei – UFSC

Valdir Alvim – UFSC

Comitê Editorial: André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Sidnei Luiz Niederle (UFSC); Valdir Alvim (UFSC)

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFRGS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics- Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Mauricio Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia-EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro Sócio- Econômico, Departamento
de Ciências Econômicas e Relações
Internacionais. Campus Universitário.
Trindade.
88040-900 - Florianópolis, SC. Brasil.

Website: <http://necat.ufsc.br>

Webmail: necat.ufsc@gmail.com

Revista NECAT - Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 1, nº 2, Jul-Dez. Florianópolis: NECAT, 2012.

1. História. 2. Economia. 3. Demografia. 4. Trabalho. 5. Estado.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

EDITORIAL	3
NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DA QUESTÃO AMBIENTAL E PRINCIPAIS TEMAS EM DEBATE NA CONFERÊNCIA RIO + 20 Eduardo Beskow Lauro Mattei	6
RIO + 20: UM EXERCÍCIO DO POSSÍVEL Ricardo Sugai de Castro Andrade	15
ECONOMIA VERDE E RIO+20: RECORTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Mauricio Amazonas	26
ECONOMIA VERDE E COMMODITIZAÇÃO DA VIDA Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret	42
ECONOMIA PARA UM PLANETA PÓS-CARBONO Joshua Farley	52
BLUMENAU E O DESASTRE SÓCIO-AMBIENTAL DE 2008: UMA CIDADE REFÉM DA “RECONSTRUÇÃO” Ivo Marcos Theis	69

EDITORIAL

RIO + 20 - ECONOMIA VERDE - SUSTENTABILIDADE

Em 1992 – durante a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente na cidade do Rio de Janeiro – a grande maioria dos chefes de Estado concordou com a necessidade premente de se alterar os rumos do desenvolvimento, buscando-se novos caminhos que levassem a um modelo sustentável. Naquela época foi definida a “Agenda 21” que visava estabelecer, paralelamente ao crescimento econômico, o progresso social e a proteção do meio ambiente. Ou seja, o desenvolvimento precisava ser concebido a partir da interconexão entre as esferas econômica, social e ambiental.

Todavia, segundo a própria Organização das Nações Unidas (ONU), desde a Rio 92 ocorreu a perda de 12% da biodiversidade; desmatou-se mais de 3 milhões de hectares de florestas; aumentou em mais de 40% a liberação de gases de efeito estufa; exauriu-se quase a metade das reservas de pescas mundiais, etc. Estes fatos colocaram em xeque todos os acordos firmados naquela época, particularmente os compromissos assumidos pelos signatários do documento final da referida conferência em relação à preservação ambiental.

Considerando este cenário, a ONU organizou a Rio +20 com três objetivos básicos: a) assegurar o compromisso político dos países participantes com o Desenvolvimento Sustentável; b) avaliar a evolução dos acordos, metas e objetivos firmados a partir da conferência Rio-92; c) analisar os novos desafios colocados pelos temas emergentes. É exatamente sobre o conteúdo desses debates que o presente número da Revista NECAT dedica atenção especial.

No primeiro artigo, Beskow e Mattei fazem uma breve recuperação da trajetória dos debates sobre a questão ambiental e sua relação com a temática do desenvolvimento, destacando as duas conferências decisivas que ocorreram durante o século XX, com ênfase na Rio-92 que teve papel determinante no estabelecimento de metas claras sobre a política ambiental em escala global. Posteriormente, os autores ressaltam as principais questões e temas que estiveram em debate na Rio+20, conferência organizada pela ONU e governo brasileiro e realizada na cidade do Rio de Janeiro no mês de Junho de 2012.

O segundo artigo, de autoria de Ricardo Sugai, apresenta uma análise dos resultados atingidos pela Conferência Rio+20. Inicialmente o autor faz uma breve resenha das expectativas que permeavam a conferência Rio + 20, destacando que o aspecto central consistia na realização de uma avaliação sobre a evolução do tratamento dado nas duas

últimas décadas à temática ambiental e ao desenvolvimento sustentável, particularmente no que diz respeito ao conteúdo da “Declaração do Rio” e da “Agenda 21”. O autor destaca que nesta última conferência os temas da Economia Verde e da Estrutura Institucional necessária ao desenvolvimento sustentável dominaram todos os debates. Além disso, destacam-se muitos pontos controversos como, por exemplo, a questão dos financiamentos e os distintos interesses entre os países participantes do evento. Partindo do pressuposto de que a conferência foi um exercício do possível, o autor afirma que ela pode ser avaliada como bem sucedida no sentido de ter conseguido renovar o compromisso dos 188 países que estiveram presentes na Rio+20 com o Desenvolvimento Sustentável.

O terceiro artigo, de autoria do professor Mauricio Amazonas, discute o contexto histórico e político que gerou o ideário da Economia, destacando-se fundamentalmente as principais contradições conceituais, especialmente em relação ao termo recente “Economia Verde”. Inicialmente o autor recupera a relação histórica entre economia e natureza mostrando que a própria gênese do pensamento econômico foi marcada pela ordem natural. Posteriormente, apresenta-se a evolução das atividades econômicas, particularmente no período do pós-guerra, quando o paradigma produtivo de cunho eminentemente industrial dominou o mundo econômico e revelou ao planeta o processo de exploração e destruição dos recursos naturais, momento preciso em que surge na agenda pública a “questão ambiental”. Desde então se buscaram formas de conciliar o crescimento econômico com preservação ambiental naquilo que passou a ser conhecido como ecodesenvolvimento e que, mais recentemente, passou a ser chamado de desenvolvimento sustentável. É exatamente neste contexto que surgiu a ideia de “Economia Verde”, tema que teve grande destaque na Rio+20 e que procura estabelecer novos caminhos capazes de conciliar produção econômica e conservação da natureza. O autor destaca, porém, que a emergência desse conceito é marcada por descrenças quanto a sua capacidade de conduzir os segmentos produtivos globais de forma ambientalmente adequada.

O quarto artigo, de autoria do Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret, afirma que a Economia Verde, na verdade, é uma estratégia que está sendo construída pelo sistema capitalista para sair da crise. Para tanto, o autor recorre ao conteúdo de diversos documentos que foram produzidos a partir de 2007 os quais tiveram por objetivo lançar as propostas básicas daquilo que está sendo definido como “Economia Verde” para fazer frente ao cenário atual de crise global. Além disso, o autor critica as saídas que estão sendo propostas pelos organismos internacionais, uma vez que, segundo sua percepção, elas apenas procuram dar

um colorido verde ao crescimento econômico, contudo mantendo intactas as formas utilitaristas de reprodução do capital.

O quinto artigo, assinado pelo professor Joshua Farley da universidade de Vermont (USA), analisa os cenários para uma economia pós-carbono, em função da finitude das fontes de energia baseadas nos combustíveis fósseis. Sabe-se que todo processo econômico exige a transformação de matérias-primas fornecidas pela natureza, porém essa transformação ocorre via uso de energia, fato que gera um aumento da entropia. Ou seja, o sistema econômico transforma recursos naturais de baixa entropia em produtos com valor econômico elevado, porém com resíduos de alta entropia. Partindo do pressuposto de que para crescer a economia moderna depende cada vez mais dos combustíveis fósseis, o autor afirma que a própria civilização atual acabou ficando dependente deste tipo de matéria-prima. O problema colocado é que este tipo de matéria é um bem finito, o que poderá levar ao colapso o sistema de preços devido ao descompasso entre a expansão da produção e do consumo. Além disso, os combustíveis fósseis geram desperdícios de alta entropia na forma de dióxido de carbono, ocasionando o efeito estufa. Neste sentido, o autor defende a necessidade de se desenvolver fontes alternativas de energia de baixo carbono como forma de enfrentar os desafios atuais do desenvolvimento sustentável.

O sexto e último artigo, assinado pelo professor Ivo Theis, trata de problemas ambientais que ocorreram no município de Blumenau no ano de 2008. Naquele período a cidade voltou a sofrer com as enchentes que historicamente têm castigado a região do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. A análise apresentada pelo autor caminha em duas direções: por um lado, são lançadas luzes sobre o desastre sócio-ambiental que ocorreu no ano de 2008 e, por outro, mostra-se a existência de conflitos entre os dois projetos de cidade que se quer para o futuro de Blumenau. Neste caso, ressalta-se que as elites locais atuaram no sentido da reconstrução com o intuito de deixar a cidade “bonita novamente”. Já setores acadêmicos, movimentos sociais e organizações comunitárias trabalharam no sentido de construir um processo de reinvenção da cidade. E como finaliza o autor, “as esperanças desembocaram na conformação do Movimento dos Atingidos pelo Desastre”, com o objetivo de reinventar a cidade. Registre-se que o futuro de Blumenau e da região dependerá muito do que os homens farão no presente.

Assim, com mais este número da Revista NECAT, reafirmamos o compromisso de apresentar à sociedade catarinense estudos e análises sobre temas de relevância contemporânea.

Os editores.

NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DA QUESTÃO AMBIENTAL E PRINCIPAIS TEMAS EM DEBATE NA CONFERÊNCIA RIO + 20

Eduardo Beskow¹

Lauro Mattei²

INTRODUÇÃO

O tema do meio ambiente começou a ser tratado oficialmente pela ONU apenas na década de 1970, destacando-se as questões ambientais e a influência do homem sobre a natureza. Oficialmente, a primeira reunião sobre essa temática realizada pela ONU ocorreu na Suécia, em 1972, quando se organizou a "Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano", momento em que se discutiu, pela primeira vez, a questão dos impactos das ações do homem sobre o planeta. Dez anos depois, em 1982, foi elaborada a "Carta Mundial da Natureza", que afirmava que “a humanidade é parte da natureza e depende do funcionamento ininterrupto de seus sistemas naturais”.

No ano de 1992, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Neste evento, organizado conjuntamente pela ONU e pelo governo brasileiro, pela primeira vez colocou-se a temática ambiental no centro dos debates, ao se estabelecer um conjunto de acordos políticos com metas e objetivos que deveriam ser seguidas nos decênios seguintes por todos os países signatários do documento final da referida conferência.

A partir daquele momento passou-se a dar outro tratamento ao tema do desenvolvimento, ganhando destaque a questão da sustentabilidade, ou seja, falar em desenvolvimento a partir da Rio-92 pressupunha estabelecer as mediações necessárias entre as esferas econômica, social e ambiental, ficando evidente que um modelo sustentável de desenvolvimento não poderia prescindir da perfeita articulação entre essas três esferas.

Passados dez anos, em 2002, a ONU convocou os países membros para se reunirem novamente na chamada "Convenção Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável", em Johannesburgo, África do Sul. Este encontro, também chamada de Rio +10 teve como objetivo central analisar e avaliar os possíveis avanços ocorridos nos compromissos firmados durante a

¹ - Economista pela UFSC e consultor ambiental. Email: edubeskow@gmail.com

² - Professor do curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

Rio-92. Além disso, tal evento tinha como propósito discutir, ainda, problemas urgentes referentes à proteção ambiental e ao desenvolvimento sócio-econômico, tomando-se como base as premissas estabelecidas em Estocolmo e os acordos firmados no Rio de Janeiro.

Finalmente, no ano de 2012 foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, uma nova conferência intitulada Rio + 20. Tal evento tinha como meta a elaboração final de um documento que ficou conhecido como “O futuro que queremos”. O conteúdo deste documento foi sendo construído ao longo dos últimos três anos (entre 2010-2012), tendo contado com as contribuições dos governos, de organismos internacionais e de representações da sociedade civil organizada, tendo como linha mestra o tema do desenvolvimento sustentável.

Em termos específicos, em Setembro de 2009 a ONU definiu os seguintes objetivos da Conferência Rio+20: a) assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável; b) avaliar o progresso obtido até o momento, analisando as lacunas existentes na implementação das metas e objetivos definidos nos diversos encontros mundiais sobre desenvolvimento sustentável; c) abordar os novos desafios e temas emergentes, merecendo destaque as questões relativas à economia verde e à governança internacional.

Este artigo tem por objetivo resgatar brevemente a trajetória desses debates no âmbito internacional. Para tanto, além dessa introdução, ele está organizado em mais duas seções. Na primeira delas faz-se um histórico dos debates e das grandes negociações internacionais ocorridas nas últimas décadas, enquanto a segunda seção apresenta, de forma bem sucinta, os principais temas e questões que fizeram parte da agenda da conferência Rio+20.

1 - BREVE HISTÓRICO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A temática ambiental vem sendo discutida de forma mais acentuada no âmbito internacional desde o final da década de 1960, quando se constituiu o Clube de Roma no ano de 1968. Era uma entidade composta por cientistas, empresários e políticos e que tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico, considerando-se o uso crescente dos recursos naturais.

Produzindo estudos científicos relativos à preservação ambiental, esta entidade tornou-se famosa no ano de 1972 com o lançamento da obra *The limits of Growth*. Nela, um grupo de pesquisadores liderados por Dennis L. Meadows problematizou a idéia que os recursos

naturais do planeta não são infinitos e que para atingir a estabilidade econômica e respeitar a finitude dos recursos naturais era necessário congelar o crescimento da população global e do capital industrial. Para tanto, sugeriu-se a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico baseado no crescimento zero como forma de evitar uma catástrofe ambiental.

O conteúdo desse documento suscitou grandes debates a partir da década de 1970 relacionados à construção de mecanismos de proteção do meio ambiente. Assim, pode-se dizer que o ponto de partida foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Isto porque foi a primeira conferência global voltada para o meio ambiente, e como tal, passou a ser considerada um marco histórico político internacional decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais (PASSOS, 2009).

Estocolmo, portanto, originou uma nova dinâmica por meio do desenvolvimento de ‘atitudes novas’, ou seja, o reconhecimento pelos Estados da existência daqueles problemas e da necessidade de agir, sem contar que desempenhou um papel decisivo na sensibilização dos países em desenvolvimento para suas responsabilidades também na questão ambiental (PASSOS, 2009).

Lançado por Maurice Strong em 1973, após a Conferência de Estocolmo, o termo ecodesenvolvimento consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza (LAYRARGUES, 2007). Mas é durante a década de 1980 que Sachs amplia conceitualmente o termo ecodesenvolvimento, ao criar um quadro de estratégias baseado em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Nesta perspectiva, o termo “Desenvolvimento Sustentável” foi formalizado em 1987 no Relatório Brundtland, documento preparado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ele foi definido num contexto de controvérsias no cenário econômico vigente na época sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, estimulada principalmente pela publicação do relatório do Clube de Roma na década anterior. Registre-se que o termo emerge deste contexto como uma proposição conciliadora, onde se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para eliminação da pobreza e das disparidades sociais. (ROMEIRO, 2001).

O reconhecimento da fragilidade do planeta Terra contribuiu para privilegiar um enfoque mundial dos problemas relativos ao meio ambiente. Com isso, várias instituições foram sendo criadas, e, sobretudo, uma dinâmica transnacional nova emergiu com

consequências políticas que se tornariam mais claras somente no decorrer das décadas seguintes.

A ONU, principalmente, vem tratando o tema do meio ambiente mais fortemente a partir da década de 1980. Iniciou suas discussões formais sobre as mudanças climáticas em 1988, em Toronto, Canadá, com a Conference of the Changing Atmosphere, seguida pela criação do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) em 1989, e do IPCC's, First Assessment Report em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990), que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992).

Essa Conferência, também conhecida como Cúpula da Terra, Conferência do Rio ou apenas Rio-92 originou os seguintes documentos: a Agenda 21, um programa de ação global com 40 capítulos; a Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios por meio dos quais deveria ser conduzida a interação dos seres humanos com o planeta; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas.

Tais documentos, particularmente a Agenda 21 e a Declaração do Rio, definiram o contorno de políticas essenciais para se alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável que atendesse às necessidades dos menos favorecidos e reconhecesse os limites do desenvolvimento em escala global (SEQUINEL, 2002).

Anos mais tarde, em 1997, na cidade japonesa de Kyoto, ocorreu o evento que iria legitimar os problemas do aquecimento global. Os países considerados industrializados arcariam com o compromisso de reduzir seus níveis de emissão de poluentes em pelo menos 5% até 2012 comparados com o nível de 1990 (Protocolo de Kyoto, artigo 3, 1998).

Como os países do Norte avançaram mais rapidamente na adoção do petróleo e de outros combustíveis fósseis nas suas matrizes energéticas, as responsabilidades para o acúmulo de GEE na atmosfera são diferenciadas. Nesse sentido, torna-se evidente que a solução para este problema teria de vir de ações globais, porém também diferenciadas. Estava cada vez mais evidente que quanto mais se postergassem as soluções para o enfrentamento das mudanças climáticas, maior seria o custo para a sociedade global, que já vinha sofrendo os primeiros impactos negativos, ainda que em escala muito menor do que se esperava (MAY, 2010).

Foi nesse contexto que a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) sugeriu a realização, no ano de 2002, de uma nova cúpula mundial, desta vez sobre Desenvolvimento Sustentável - A Cimeira da Terra -, em Johannesburgo, África do Sul. O

objetivo principal da Conferência foi rever as metas propostas pela Agenda 21 e direcionar as realizações às áreas que requerem um esforço adicional para sua implementação, assim como refletir sobre outros acordos e tratados efetuados durante a Rio-92. Essa nova Conferência Mundial – dez anos depois – deveria levar à definição de um plano de ação global que fosse capaz de conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento econômico e social da humanidade com a obrigação de manter o planeta habitável para as gerações futuras.

A Cúpula foi planejada para dar especial importância às contribuições que demonstrassem a viabilidade do desenvolvimento sustentável nos níveis local, regional, nacional e internacional, e aos papéis que podiam exercer os multistakeholders, atores não governamentais das mais diversas áreas da sociedade civil, como o setor produtivo, os sindicatos, as organizações não-governamentais e as comunidades científica e acadêmica.

Os mais significativos resultados da Cúpula de Johannesburgo, de acordo com LAGO (2006), foram a fixação ou a reafirmação de metas para a erradicação da pobreza, água e saneamento, saúde, produtos químicos perigosos, pesca e biodiversidade; a inclusão de dois temas de difícil progresso em inúmeras negociações anteriores (energias renováveis e responsabilidade corporativa); a decisão política de criação de fundo mundial de solidariedade para erradicação da pobreza; e o fortalecimento do conceito de parcerias entre diferentes atores sociais para a dinamização e eficiência de projetos.

Dez anos após a Cimeira da Terra (2002) programou-se a Rio +20 com o objetivo de realizar um amplo debate sobre a situação do planeta e os rumos atuais da civilização. Partindo da perspectiva de articular os objetivos dos diferentes atores sociais, buscava-se acordar um conjunto novo de diretrizes que fossem capazes de dar efetividade ao objetivo comum: a construção de uma sociedade socialmente justa, economicamente próspera e ambientalmente sustentável.

2 – PRINCIPAIS TEMAS E QUESTÕES EM DEBATE NA RIO + 20

O tema do desenvolvimento sustentável dominou todos os debates nos fóruns internacionais desde a realização da Conferência Rio-92. Desta maneira, foram sendo formadas concepções e definidos conceitos que esclareceram as ideias e os mecanismos envolvidos nesta nova abordagem a qual, em linhas gerais, propôs a organização de outra ordem social para além dos aspectos puramente econômicos, ou seja, buscou-se o estabelecimento de relações sociais mais harmoniosas entre o homem e a natureza.

Isto porque os problemas sociais e ambientais, além de não poderem ser mais ignorados, remetem a necessidade de conformação de projetos de sociedades menos pautadas pelo crescimento econômico e mais atreladas a uma perspectiva holística, de tal forma que tais problemas também façam parte da agenda e das estratégias que procuram superar as crises que se abatem sobre as sociedades contemporâneas, cujas soluções não podem ser definidas apenas pelo viés do crescimento econômico.

Deste modo, ficava claro para as organizações sociais e também para algumas organizações multilaterais que não se podia continuar buscando soluções para os problemas ambientais isoladamente dos problemas sociais, especialmente em relação aos alarmantes índices de fome e de pobreza que afetam grande parcela da população mundial. Isso significava estabelecer um novo casamento entre os tempos econômico, social e ambiental, de tal forma a se ter efetivamente a perspectiva de construção do desenvolvimento sustentável.

Esta foi a razão e o ponto de partida da Conferência Rio+20, uma vez que grande parte dos compromissos estabelecidos durante a Rio-92 precisaram ser reafirmados, tendo em vista que muitos países, particularmente aqueles considerados desenvolvidos, sequer haviam adotados os princípios estabelecidos a vinte anos atrás. Certamente esta etapa foi uma das mais difíceis de se chegar a algum acordo entre os chefes de Estado e de Governo que estiverem presentes na última conferência.

Em grande medida, registre-se que os impasses decorriam do fato de que os países ricos não queriam assumir qualquer compromisso com metas de sustentabilidade, o que na prática significava objeção a qualquer tipo de regulamentação em âmbito internacional. Isto ficou mais patente em relação à adoção de metas, medidas e mecanismos efetivos para se controlar o aquecimento global.

Este foi e continua sendo um capítulo que se alastra por muitos anos, uma vez que medidas, metas e instrumentos necessários para conter o aquecimento global que está levando a um processo de mudanças climáticas ensejava muitas controvérsias entre os países. Por isso, estratégias de redução das taxas crescentes de emissões de gases que provocam o efeito estufa geraram tantas controvérsias e tensões, tanto nos períodos que antecederam ao evento como durante a realização do mesmo.

Outro ponto crucial dos debates, tanto anteriormente como durante a conferência, diz respeito ao papel da ONU e a própria governança sobre a temática ambiental. Para muitos países o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) deveria ser transformado em uma agência ambiental especializada e com dotação de recursos financeiros capazes de dar condições de operacionalizar a política ambiental em âmbito global. Neste

caso, essa agência teria uma estrutura de governança própria, como é o caso da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta proposta estava fortemente condicionada pela realidade do órgão, uma vez que no ano de 2011 o orçamento do programa não ultrapassou a US\$ 80 milhões, além de recursos de projetos com governos que não ultrapassaram a US\$ 150 milhões. Registre-se que este orçamento é inferior ao de alguns jogadores de futebol que apenas precisam administrar suas vidas privadas. Todavia, existia outro grupo de países contrários a essa proposta, ao defender a ideia de ampliar o atual programa e submetê-lo às decisões da assembléia geral da ONU.

Neste debate, na verdade, buscava-se consenso em torno de um novo quadro institucional que assegurasse alguns instrumentos efetivos de governança para promover o desenvolvimento sustentável. Por um lado, foram apresentadas e discutidas propostas para reformar as estruturas da própria ONU, visando uma melhor articulação das atividades ambientais entre os órgãos dessa organização e os seus países membros com o objetivo de ampliar a eficácia dos acordos ambientais e a construção de caminhos efetivos que levassem à conformação de sociedades sustentáveis. Registre-se que o tema da governança transcende a mera questão da organização burocrática da ONU, uma vez que na própria conferência estava colocada a questão da governança em nível mundial, particularmente no que diz respeito ao enfraquecimento do poder dos Estados frente ao poder crescente das grandes corporações e do capital financeiro que operam em escala global.

Por outro lado, buscava-se inserir a perspectiva do desenvolvimento sustentável no centro de decisões da ONU de modo a ser integrada nas estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento, merecendo destaque aqui a necessidade de transição do atual modelo econômico e da própria atividade econômica. Neste caso, sobressaiu o diagnóstico inicial feito pelo PNUMA/ONU, onde se mostrou que o consumo per capita atual varia de 9 a 11 toneladas, mas que devido ao crescimento populacional, este consumo dos recursos naturais poderá ser triplicado nas próximas décadas.

Neste caso, a grande questão colocada pelo PNUMA foi: como atender a essa demanda crescente sem produzir a destruição dos recursos naturais? A resposta foi sugerida na esfera da economia, sendo que a saída seria “esverdear” setores-chave da economia com tecnologias que permitiriam a transição para uma “economia verde”. Isso significa unificar a temática ambiental às esferas econômica e social e, ao mesmo tempo, dar valor econômico aos benefícios que a natureza proporciona.

Diante de tal concepção, o debate sobre “Economia Verde” acabou se transformou em um eixo central da conferência Rio+20. O PNUMA definiu essa economia verde como aquela

que resultaria em maior bem-estar e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduziria significativamente o risco ambiental e a escassez ecológica, uma vez que a mesma se sustenta em três pilares básicos: uma economia pouco intensiva em carbono, eficiente no uso dos recursos naturais e socialmente inclusiva. Desde logo, observa-se certa redundância nesta definição, uma vez que o conceito de Desenvolvimento Sustentável, definido a partir da Conferência de Estocolmo e referendado e aprimorado na Conferência Rio-92, já contém esses novos preceitos.

Por se tratar de uma nomenclatura relativamente nova, obviamente que foram gerados diversos questionamentos e discussões polêmicas. Por um lado, nota-se que alguns setores governamentais e da sociedade civil concordam com a estratégia adotada, imaginando que ela seja válida para incorporar as demandas sociais e ambientais nas atividades econômicas, de tal forma a se conduzir a um processo sustentável de desenvolvimento. Para outros, todavia, esta proposta se traduz em um risco ao incentivar a expansão de processos de mercantilização da natureza e dos bens comuns da humanidade, o que resultaria em maior concentração de poder e de riqueza e, conseqüentemente, de expansão das desigualdades sociais.

Para estes, não basta tentar “esverdear” o modo de produção capitalista que, em sua lógica incessante em busca da ampliação do lucro, cada vez mais transformaria o meio ambiente em uma nova forma de ampliação de suas rentabilidades. Por isso, defendem que não basta apenas reprimir o uso equivocado dos recursos naturais, é preciso prover o bem-estar das pessoas em todas as partes do planeta, incorporando ao sistema de preços os danos causados pelos agentes econômicos aos ecossistemas e ao conjunto da sociedade.

Mesmo que nos períodos anteriores à Rio +20 a própria ONU tenha indicado sete áreas essenciais para os debates (emprego, energia, alimentos, água, oceanos, cidades e desastres), a conferência foi amplamente dominada pelos dois assuntos acima tratados (governança e economia verde), bem como pela reafirmação dos princípios e decisões adotadas durante a Rio-92. Registre-se, ainda, que a crise econômica mundial e suas possíveis soluções estiveram também no palco dos debates.

Esta é, sem dúvida, a razão principal que explica a estratégia oficial adotada de se tentar produzir cada vez mais com métodos cada vez melhores visando combater as desigualdades sociais e proteger o meio ambiente. Ou seja, os documentos oficiais apresentam uma visão de mundo em que somente a recuperação do crescimento econômico seria capaz de promover o uso eficiente do meio ambiente e, ao mesmo tempo, erradicar a pobreza.

Muitas críticas que surgiram após a conferência apontam para a superficialidade das proposições, uma vez que elas pouco adentram sobre as reais causas que levam ao processo

de degradação social e ambiental. Deste modo, nota-se o pouco destaque dado pelos documentos oficiais sobre as causas da fome e da pobreza no mundo; da crise energética; das mudanças climáticas, etc. São todos elementos que poderiam dar maior consistência ao desenvolvimento sustentável, sendo o seu eixo catalisador o combate incessante às desigualdades, tanto entre nações como internamente as mesmas. E isto só seria possível quando se tem clareza das causas geradoras desse processo de desigualdades.

Após a realização da Conferência Rio +20 surgiram diversas análises sobre principais resultados obtidos, bem como sobre avanços e retrocessos. Visando estimular o debate sobre temas essenciais, a sequência de artigos da revista apresenta algumas análises de estudiosos sobre a temática ambiental e da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEADOWS, D. ET AL. *The limits of Growth. A report for the club of Rome's project on the predicament of Mankind.* Londres:Potomac, 1974.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon. *A conferencia de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente.* Revista Direitos Fundamentais e democracia. Vol 6. 2009.

ROMEIRO, A R. *Economia ou economia política da sustentabilidade?* Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 102, set. 2001.

LAYARGUES, Philippe Pomier. *Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um conceito.* 2007

SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. *Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo: entre o sonho e o possível.* ANÁLISE CONJUNTURAL, v.24, n.11-12, p.12, nov./dez. 2002.

MAY, Petar H. *Economia do Meio Ambiente. Teoria e prática.* 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LAGO, André Aranha Corrêa. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.* Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. 2006.

RIO + 20: UM EXERCÍCIO DO POSSÍVEL

Ricardo Sugai de Castro Andrade³

INTRODUÇÃO

O resultado da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a chamada Rio+20, recebeu reações ambíguas. Maior encontro intergovernamental já ocorrido até o momento, a conferência foi vítima tanto das expectativas dos temas abordados quanto dos constrangimentos decorrentes do contexto de crise internacional.

Não é inesperado que ela tenha, desta forma, desapontado parte dos negociadores e da sociedade civil. De fato, os impasses foram numerosos e os compromissos acordados foram de modesta ambição. Entendemos, entretanto, que seria tarefa impraticável cumprir com o largo espectro de vontades relativas à conferência. À luz deste entendimento, torna-se imperioso analisar as razões pelas quais, como se verá, a CNUDS não foi um fracasso, mas, sim, um sucesso em meio a circunstâncias adversas.

O presente artigo oferece um breve panorama sobre as negociações ocorridas e os resultados obtidos na conferência Rio+20, destacando-se o posicionamento do governo brasileiro e dos principais blocos internacionais. Visando dar maior clareza ao texto, a análise será dividida em três partes. Na primeira delas discutem-se as expectativas existentes em relação à conferência, enquanto a segunda parte apresenta as negociações ocorridas durante o evento. A última parte, por sua vez, analisa o legado deixado pela CNUDS.

1 - AS EXPECTATIVAS QUE ANTECEDERAM O EVENTO

A Rio+20, formalizada por resolução da Assembleia Geral da Nações Unidas, foi prevista para ter grande abrangência temática⁴. *Grosso modo*, esperava-se que o encontro pudesse reavaliar as últimas duas décadas de debate sobre meio ambiente e desenvolvimento, propondo um quadro de ação para as próximas duas. Seria, assim, uma forma de repensar o conceito de desenvolvimento, à luz de variáveis ambientais, econômicas e sociais.

³ Economista pela UFSC, Oficial de Chancelaria no Ministério das Relações Exteriores (MRE).

⁴ Ver resolução 64/236, de dezembro de 2009, da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em <http://css.escwa.org.lb/GARes/64-236.pdf>.

Ao ser criada para reavaliar o tratamento dado a desenvolvimento sustentável, a Rio+20 apresentou-se, de certa maneira, como continuidade às grandes conferências ambientais já ocorridas. Ainda que em formato temático mais amplo, à Rio+20 caberia rever os compromissos acordados até então, dentre os quais destacavam-se aqueles firmados durante a Rio-92. Trata-se de um legado imponente, uma vez que a cúpula de 1992, chamada oficialmente de Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), foi definidora da pauta ecológica internacional desde então.

Propôs-se, para a Rio+20, avaliar a implementação de dois dos cinco documentos finais acordados em 1992, a “Declaração do Rio” e a “Agenda 21”⁵. Ainda que não vinculantes, ambos os documentos tornaram-se os determinantes, de fato, da abordagem do tema ambiental em nível multilateral. Foi a Declaração do Rio, por exemplo, que consolidou princípios que são hoje tidos como regra: responsabilidades comuns, porém diferenciadas; conceitos de poluidor-pagador e de direito ao desenvolvimento. A Agenda 21, por sua vez, delineou objetivos de curto e de longo prazos a serem implementados voluntariamente. Afora avaliar a implementação desses documentos, a Rio+20 deveria dar seguimento a outros marcos em meio ambiente, em especial o Consenso de Monterrey (2002), a Declaração de Johannesburgo (2002) e o Protocolo de Nagoya (2010)⁶.

O Consenso de Monterrey sobre financiamento ao desenvolvimento oficializou a ideia, hoje muito difundida, de que as economias mais ricas devem dedicar cerca de 0,7% de seu PIB em Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Esse compromisso, referendado em encontros posteriores, como na Cúpula Mundial da ONU de 2005, foi pouquíssimo implementado em uma década de existência. Com efeito, informações recentes indicam que apenas Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia e Luxemburgo alcançaram a meta proposta⁷. Trata-se de um tópico controverso da temática sócio-ambiental, o que também ocorre, em menor medida, com os assuntos relacionados à Declaração de Johannesburgo. Esta última, adotada na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável realizada em 2002, procurou dar perfil mais concreto às recomendações da Agenda 21. Ainda que o encontro tenha logrado poucos êxitos, dentre os quais um acordo para restaurar áreas marítimas ameaçadas, definiu-

⁵ Encontram-se disponíveis na internet os documentos “Declaração do Rio” (<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>) e “Agenda 21” (<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>).

⁶ Encontram-se disponíveis na internet os documentos “Consenso de Monterrey” (<http://www.un.org/esa/ffd/monterrey/MonterreyConsensus.pdf>), “Declaração de Johannesburgo” (<http://www.joburg.org.za/pdfs/johannesburgdeclaration.pdf>) e “Protocolo de Nagoya” (<http://www.cbd.int/abs/doc/protocol/nagoya-protocol-en.pdf>).

⁷ Ver *site Monterrey Consensus*, da Comissão Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/europeaid/how/delivering-aid/monterrey_en.htm.

se, na ocasião, que a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU serviria de ponto focal para implementar a Agenda 21, por meio de parcerias públicas e privadas. Trata-se de uma definição importante, mas que ainda não surtiu o efeito desejado. Tal é o caso, também, do recente Protocolo de Nagoya, que trata do tema da biodiversidade. O protocolo traz inédito compromisso de compartilhamento dos usos e benefícios da diversidade biológica. Vitória dos chamados países mega-diversos, o protocolo ainda carece de apoio político para ser implementado.

A Rio+20, adicionalmente, não pôde escapar de dialogar com as Conferências das Partes (COP) do Protocolo de Quioto. As COP configuram, neste início de século XXI, uma das principais instâncias de negociação multilateral, envolvendo governos, organizações internacionais e sociedade civil. É relevante, portanto, que a Rio+20 tenha sido realizada meses depois da COP XVII, ocorrida em Durban - África do Sul. Neste encontro foram desfeitas hesitações que impediam, até então, um compromisso efetivo contra aquecimento global: acordou-se unanimemente, pela primeira vez, a negociação de metas com força de lei para todas as partes. Foi um resultado bem-sucedido, que implicou, para os participantes da Rio+20, em duas predisposições: se por um lado a maior parte dos governos entendia que era necessário não retroceder do ponto alcançado em Durban, por outro o custo que o compromisso sobre mudança do clima acarretaria tornava os negociadores menos generosos para realizar novos acordos na Rio+20.

Em relação ao custo de novos acordos, é importante notar que, salvo raras exceções, compromissos sobre desenvolvimento sustentável, em especial no tocante ao meio ambiente, implicam custos financeiros substanciais. Não é sem razão que a definição de fontes de financiamento seja tópico dos mais controversos em negociações, tal como ocorreu nas recentes discussões sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e sobre Fundo de Adaptação, ambos instrumentos definidos no contexto das COP. Com base nesse padrão, é preciso considerar que a crise econômica contemporânea apresenta-se como obstáculo importante para celebração de novos compromissos.

Isto porque a crise econômica, além de reduzir a importância relativa da temática sócio-ambiental, afetou com maior rigor os principais financiadores de programas internacionais, ou seja, os países desenvolvidos. Um dos efeitos deste quadro de crise, por exemplo, foi a redução ocorrida, em 2011, no valor global da AOD, revertendo tendência histórica de crescimento. Consequentemente, tornou-se mais difícil, agora, a obtenção de consensos em torno de temas que impliquem desembolsos diretos ou indiretos de recursos. Além disso, é preciso ressaltar também que a criação do conceito de “responsabilidades

comuns, porém diferenciadas”, na Rio-92, delegou aos países mais ricos a maior parte do ônus dos programas ambientais.

2 – AS NEGOCIAÇÕES OCORRIDAS DURANTE A CNUDS

A Rio+20 não foi pensada como uma conferência descolada da realidade. Em um cenário de crise financeira e de ênfase no desenvolvimento, a CNUDS foi concebida como um instrumento de aproximação entre a preservação ambiental e o desenvolvimento social e econômico. O fio condutor desta aproximação foi a adoção de um conceito alargado de desenvolvimento sustentável, o qual está presente nos dois grandes temas tratados pela conferência: (1) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; (2) estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Esses temas serão analisados conjuntamente nos parágrafos seguintes, os quais discutem o processo de negociações ocorrido na conferência.

A abrangência do conceito de desenvolvimento sustentável, juntamente com a previsível dificuldade de se conciliar posições distintas em um contexto de crise, impôs a necessidade de que as negociações começassem com bastante antecedência. Conferências internacionais, em geral, têm seu resultado acordado antes da realização do segmento de alto nível do encontro, no qual há presença das principais autoridades. Ou seja, o documento final de uma conferência, em sua maior parte, não é produzido durante o evento principal, mas antes dele.

No caso da Rio+20, essa usual antecipação foi ampliada. O “Rascunho zero”, esboço da declaração final da conferência, estava pronto em janeiro de 2012. A partir desse momento, a declaração final, “O futuro que queremos”, começou a ser negociada, sendo aprovada apenas em 19 de junho, um dia antes da reunião de alto nível do encontro⁸. Foi um longo processo negociador que se arrastou por conta das complexidades enfrentadas. A antecedência dada ao início das negociações deveu-se, também, à intenção de se adotar um novo formato para participação popular.

Registre-se que na Rio+20 se tentou aumentar a presença da sociedade civil. Enquanto na Conferência de Estocolmo, em 1972, a ideia de participação de agentes extraoficiais era ainda embrionária, na Rio-92 houve inédita presença de diversas organizações não-

⁸ Encontram-se disponíveis na internet os documentos “Rascunho zero” (<http://www.uncsd2012.org/futurewewant.html>) e “O futuro que queremos” (<http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>).

governamentais, agrupadas no chamado Fórum Global. A Rio+20 ampliou a abertura ocorrida em 1992, ao estimular, além de grande número de encontros paralelos, a participação direta da sociedade nos temas do debate de alto nível. Por iniciativa brasileira, organizaram-se os “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de um fórum composto por representantes da sociedade civil e por especialistas com a função de discutir preliminarmente os temas que serão abordados posteriormente pelos governos durante a conferência.

Em uma primeira etapa os Diálogos funcionaram via internet, por meio de um *site* no qual indivíduos de todas as partes do mundo puderam ter acesso aos documentos preparatórios e votar nos tópicos que deveriam receber mais atenção. Os tópicos mais votados foram, por sua vez, levados a debates presenciais nos dias anteriores à cúpula, os quais definiram recomendações a serem enviadas aos Chefes de Estado e de Governo presentes. Essa iniciativa brasileira, calorosamente acolhida pelas Nações Unidas, trouxe grande senso de participação popular. Pode-se apontar, por exemplo, para os mais de um milhão de votos recebidos na plataforma *online*, ou para o grande número de painéis com especialistas realizados no Riocentro.

A presença da sociedade civil, entretanto, não garantiu a criação de consenso entre os países presentes. A complexidade dos temas tratados e o contexto relativamente adverso implicaram impasses durante as discussões para se passar do documento “Rascunho zero” ao documento final “O futuro que queremos”. Essas dificuldades foram compreendidas pelos negociadores, de forma que os objetivos da conferência, já expostos no documento preliminar, foram pouco audaciosos. Fez-se uma conferência com intenção de produzir um resultado mais geral e político do que específico e detalhista. Dificilmente seria possível, no contexto atual, firmar um documento tão repleto de compromissos como a Agenda 21, e nem chegar a uma decisão como a criação do PNUMA, em 1972. Portanto, buscou-se fazer um documento final que evitasse aspectos sensíveis, como seria o caso de objetivos quantificáveis ou metas vinculantes.

Razão imediata das dificuldades para negociação foi, naturalmente, a diversidade de interesses dos países participantes. Os países mais ricos, como afirmou o Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, queriam um “campo de jogo nivelado”⁹. Com a justificativa da crise financeira contemporânea e do crescimento econômico dos países em desenvolvimento, os países mais ricos tentaram, em todas as frentes, repartir os custos de programas ambientais e sociais. Como havia ficado claro

⁹ Machado, Luiz Alberto Figueiredo. *O êxito da Conferência do Clima de Durban e o caminho para a Rio+20*. Revista Política Externa. Vol. 20, n. 4. Editora Paz e Terra, 2012.

em Durban, com a saída de Japão, Austrália e Rússia do segundo período de vigência do Protocolo de Quioto, e na recente decisão europeia de apenas beneficiar comercialmente os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR), há baixa disposição das economias tradicionais em transferir recursos.

O financiamento foi, de fato, um dos pontos mais controversos durante as negociações. Diversas investidas dos países em desenvolvimento, com a intenção de consolidar um chamado Fundo Verde, foram rejeitadas pelos países mais ricos, em especial, pela União Européia e pelos EUA. A menor generosidade dos habituais doadores foi também verificada na discussão sobre reafirmar os princípios da Declaração do Rio (1992). Tal declaração, como dito anteriormente, tornou-se paradigma do debate ambiental e social nas duas últimas décadas. Tencionava-se referendá-la politicamente no documento final da Rio+20, o que não havia sido conseguido na Conferência de Johannesburgo, em 2002. Os países desenvolvidos, todavia, opuseram-se firmemente, ao reafirmar o princípio das responsabilidades diferenciadas. Esse impasse apenas pôde ser superado por iniciativa brasileira, quando, em troca de concessões em outros assuntos, foi possível reafirmar o princípio definido durante a Rio-92.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, também avançaram em objeções, atuando, com frequência, em bloco, por meio do G-77. As controvérsias passaram mesmo pela definição de assuntos relativamente simples, como o conceito de economia verde. Sobre esse conceito, por exemplo, grande número de horas foram gastas antes que se pudesse acordar que se trata de “uma das importantes ferramentas disponíveis para lograr o desenvolvimento sustentável, dando opções ao legislador sem ser um rígido conjunto de normas”. Receava-se, no caso, que economia verde pudesse restringir as opções de crescimento econômico dos países menos desenvolvidos, por meio de padrões tecnológicos obrigatórios e de barreiras comerciais a produtos poluentes.

O bloco em torno do G-77 conseguiu, ademais, concessões em outros pontos considerados importantes. Acordou-se, por exemplo, que se deve implementar transferência de tecnologias limpas dos países mais avançados para os países em desenvolvimento. É um acordo inédito, ainda que tenha sido exposto em termos vagos, em decorrência de divergências a respeito do uso de patentes.

Outra concessão foi a menção, no texto final, de que cada país deve ser livre para formular seu padrão de desenvolvimento sustentável. Alguns participantes, como os europeus, haviam anteriormente sugerido que fossem listadas características a serem seguidas para a sustentabilidade. O acordo final, assim, foi levado a ter definições mais amplas, de forma a

evitar constrangimentos à necessidade de crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Essas descrições demonstram uma conferência marcada, em boa parte, por uma oposição entre Norte e Sul. Houve, de fato, esta dicotomia: de um lado, os países em desenvolvimento, por meio do G-77; de outro, os desenvolvidos, por meio da União Europeia e do chamado *Umbrella Group* (Japão, Austrália, EUA, Canadá, etc.). Registre-se, todavia, que a realidade da negociação é muito mais complexa.

Esses dois grandes grupos contêm, inevitavelmente, importantes diferenças internas. Exemplo foi a inclusão, no resultado da conferência, de menção a ritmos de consumo e de produção insustentáveis. Os EUA, país frequentemente associado a padrão de consumo excessivo, posicionou-se contra esse tipo de crítica. A União Europeia, por sua vez, posicionou-se a favor, permitindo que a menção fosse aprovada. Outro tema que dividiu os blocos foi o Consenso de Monterrey. Enquanto os países escandinavos e o Japão estão avançados em transferência de ajuda financeira, outros, como EUA e França, ainda não estão.

Há, ainda, casos em que países desenvolvidos e em desenvolvimento se mobilizaram em conjunto. A formulação de uma medida alternativa para o Produto Interno Bruto é ilustrativa. O Brasil, com apoio das Nações Unidas e de países como a França, adiantou proposta para criar um índice de medida de riqueza que incluía as variáveis sociais e ambientais. Mesmo com oposição dos EUA, a proposta foi aprovada, obtendo comprometimento de países como o Reino Unido, que prometeu adotá-lo a partir de 2015.

As heterogeneidades intra-blocos são, ademais, reforçadas pela existência de subgrupos, como o dos pequenos países insulares ou o dos países sem acesso ao mar. O resultado é uma grande diversidade de agentes, o que influenciou, certamente, a disposição do documento final da Rio+20. A fim de se obter consenso para os objetivos principais do encontro, foi preciso incluir no documento diversas concessões pontuais.

Neste caso, alguns exemplos são menções à necessidade de se ajudar os países mediterrâneos e os pequenos insulares; à importância da democracia para o desenvolvimento; e à condição especial das regiões desérticas. Ainda que entendidas como *pro forma*, tais menções reduzem, de certa maneira, o destaque dado aos objetivos principais. A própria extensão de “O futuro que queremos”, que conta com 283 parágrafos, demonstra essa consequência indesejável.

Em relação aos objetivos principais, a negociação, em uma demonstração de realismo, ateu-se a poucos pontos. Tratou-se das variáveis relevantes para o encontro do Rio de Janeiro, que fossem capazes de acrescentar novas perspectivas ao tema do desenvolvimento

sustentável. Para fins de análise, pode-se agrupá-las em cinco tópicos: (1) reafirmação das principais decisões de cúpulas anteriores; (2) criação de um marco conceitual para aplicação do desenvolvimento sustentável, incluindo os temas da economia verde e do combate à pobreza; (3) consolidação da estrutura organizacional para meio ambiente e desenvolvimento sustentável; (4) criação dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS); e (5) definição de meios de implementação para o desenvolvimento sustentável.

Reafirmação das principais decisões de cúpulas anteriores. Buscava-se reafirmar as principais decisões de cúpulas anteriores, o que não foi sido possível de ser feito na Conferência de Johannesburgo, em 2002. Muito positivamente, formou-se, na Rio+20, consenso suficiente para, além de referendar os princípios amplos da Rio-92, enfatizar a importância das mais recentes decisões de Durban (2011), de Nagoya (2010) e de Monterrey (2002). Reafirmou-se, ainda, decisões mais pontuais, como o Programa de Ação de Istambul sobre pequenos Estados insulares e o Programa de Ação de Almaty, sobre países mediterrâneos.

Criação de marco conceitual para aplicação de desenvolvimento sustentável. Consolidar desenvolvimento sustentável na agenda internacional, com vinculação à economia verde e ao combate à pobreza, foi objetivo central da conferência. Partia-se de um contexto em que a sustentabilidade, ainda que um conceito frequentemente invocado desde a década de 1980, apresentava baixa adoção em nível intergovernamental. A Rio+20, com base nessa percepção, procurou criar maneiras de integrar o conceito no cotidiano de governos e de organizações internacionais. Ainda que não se tenha conseguido definir metas para essa integração, logrou-se delegar à Assembleia Geral da ONU responsabilidade por incluir o desenvolvimento sustentável na agenda mundial. Obteve-se sucesso, ademais, em criar consenso acerca de uma proposta brasileira: a ideia de que, em desenvolvimento sustentável, as vertentes sociais e econômicas são inseparáveis da ecológica. Assim, em “O Futuro que queremos”, foi estabelecido que o combate à pobreza e a economia verde são partes necessárias do padrão sustentável.

Consolidação da estrutura organizacional para meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Desde o final da década de 1990, formou-se um consenso em nível internacional de que a arquitetura dos órgãos que tratam de meio ambiente e desenvolvimento sustentável é pouco efetiva. Não é difícil chegar a essa conclusão, uma vez que há sobreposição de competências em órgãos como o PNUMA, a CDS e os secretariados das COP do Protocolo de Quito. A solução proposta pelo bloco europeu, a partir de sugestão francesa, foi a consolidação dos diversos temas ambientais em instituição a ser chamada ONUMA,

Organização das Nações Unidas para Meio Ambiente. O Brasil posicionou-se, desde o início, contrário a essa proposta, por entender não ser justificável arcar com gastos de mais uma estrutura burocrática. Ao final, a posição brasileira prevaleceu. Decidiu-se por reforçar e ampliar o PNUMA, ao mesmo tempo em que se acordou transformar a CDS, gradualmente, em Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável.

Criação dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Únicas metas quantificáveis que se pretendia acordar na Rio+20, os ODS foram aprovados por unanimidade, ainda que de forma genérica. Sob o risco de não serem incluídos no documento final, a solução de compromisso foi delegar à Assembleia Geral da ONU a responsabilidade por montar grupo de trabalho para definir tais objetivos de desenvolvimento sustentável. A intenção é que sejam semelhantes aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e que tenham vigência a partir de 2015, ano em que os ODM poderão ser renovados. Os ODS permitirão dar expressão concreta ao conteúdo político que foi acordado no Rio de Janeiro.

Definição de meios de implementação para o desenvolvimento sustentável. Os meios de implementação dos acordos feitos comportam três aspectos principais: financiamento, tecnologia e quadro de acompanhamento. Financiamento, como já afirmado, é ponto controverso de toda negociação que envolve meio ambiente e desenvolvimento. A Rio+20 não fugiu à regra. Da mesma forma em que não foi acordado o Fundo Verde durante a Conferência de Durban (2011), não se chegou a consenso sobre fontes de financiamento, nem para programas de sustentabilidade, nem para o Consenso de Monterrey. O ponto, como um todo, ficou a ser decidido futuramente, ainda que tenha ocorrido acordo sobre a necessidade de haver financiamento com mais recursos e com menos condicionalidades. Deve-se notar, também, que parte da responsabilidade por financiamento foi transmitida, no documento final, à iniciativa privada. A propósito de tecnologia, por fim, houve consenso a respeito da importância de transferência aos países com menor poder econômico. Entretanto, conforme dito anteriormente, indefinições a respeito de patentes tornaram vago esse compromisso. Adicionalmente, a conferência logrou assentar, sem muitas disputas, a criação de um quadro de acompanhamento junto às Nações Unidas, por meio do qual os países registrarão seus compromissos voluntários no tema.

Em síntese, esses cinco objetivos gerais da conferência obtiveram sucesso ao serem, todos eles, incluídos no texto final. A esse respeito, é interessante atentar para o papel brasileiro. Como é prática em negociações multilaterais, coube ao país anfitrião propor a versão preliminar do texto final do encontro, bem como conduzir as conversações. Em “O futuro que queremos”, os negociadores brasileiros conseguiram, por meio de um texto

realista, conciliar posições de forma a extrair um forte compromisso político e a evitar objeções. Não foi possível, porém, a inclusão de metas quantificáveis ou de maiores detalhes sobre os temas tratados.

3 – O LEGADO PÓS RIO+20

A Rio +20 revelou-se em um exercício do possível. Em meio a um contexto adverso para a adoção de compromissos práticos, elaborou-se um documento final de natureza política, em que os países presentes acordaram conjugar esforços para implementar uma agenda internacional condizente com o desenvolvimento sustentável. Contando com a representatividade de 188 países participantes, foi possível consolidar a ideia, defendida pelo Brasil, de que o desenvolvimento tem três dimensões inseparáveis: social, econômica e ambiental. Foi incluída no debate, ainda, grande atenção ao combate a pobreza.

Desta forma, percebe-se que a conferência foi bem-sucedida em seus objetivos principais, considerando-se o teor do documento final. Renovou-se o compromisso internacional com desenvolvimento sustentável, dando ao tema um quadro definido, que envolve desde o conceito de economia verde até o incentivo à transferência tecnológica. Tal realização ganha maior destaque à luz das dificuldades relatadas neste artigo. Por um lado, a crise econômica significou menor disposição a compromissos gravosos, bem como, de certa forma, maior clivagem entre Norte e Sul. Por outro lado, a complexidade dos temas propostos, que tratam de um largo espectro de assuntos entre meio ambiente, sociedade e economia, levou a uma negociação ampla e duradoura, na qual transpareceram as diferenças entre posições dos diversos participantes.

Os objetivos principais da Rio+20 demonstram que sua finalidade foi moldar o debate das próximas décadas. Embora seja relevante que compromissos anteriores, como os da Rio-92, tenham sido referendados, o principal aspecto que deve-se guardar da Rio+20 é a sua capacidade de servir de base para compromissos futuros. Em “O futuro que queremos”, não foram fixadas metas ou prazos concretos sobre temas específicos, nem foram definidos programas de ação. Assim, a principal contribuição do documento será incentivar os agentes responsáveis, incluindo-se agora sociedade civil e iniciativa privada, a transformarem a vontade política demonstrada no Rio de Janeiro em medidas efetivas de sustentabilidade.

Logrou-se, neste contexto, criar um legado que guiará as negociações e as conferências dos próximos anos. A Rio+20, em especial, foi capaz de tornar indissociável a discussão dos diversos conceitos que compõem o desenvolvimento sustentável: de agora em

diante, o debate sobre meio ambiente, sociedade e economia tenderá a ser feito em conjunto. Chegou-se a um consenso, ademais, de que é ineficaz a convivência estanque entre fóruns de diálogo. Os meios de colaboração, assim, serão ampliados, com o reforço do PNUMA, a transformação da CDS e a inclusão da temática sustentável nos órgãos econômicos. É necessário frisar também que a Rio+20 definiu comportamentos e ideias. Caso o comprometimento político obtido no documento final da conferência seja mantido, a próxima década será um período de adoção incontroversa dos princípios de desenvolvimento sustentável.

Os debates realizados no Rio de Janeiro estão previstos para serem retomados, em diversos fóruns, ainda no ano de 2012. A 67^a Reunião Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir de 18 de setembro de 2012, deverá rever o acordado a respeito de novas metodologias de cálculo do PIB, de mudanças nos órgãos da organização e de financiamento aos países em desenvolvimento. Também em 2012, a discussão climática deve ter continuidade em Doha, no Catar, durante a XVIII COP, a partir de 26 de novembro. Por fim, estão previstas outras reuniões para rever pontos como o Protocolo de Nagoya.

A Rio+20, dessa forma, deixa um frutífero legado ao debate de sustentabilidade. Foi uma conferência política, de temática ampla; seus resultados, portanto, servem como subsídios a compromissos futuros. Por isso, não se deve, neste contexto, ver com ceticismo a falta de aplicabilidade imediata ou de objetividade das decisões do encontro. Logrou-se no Rio de Janeiro em 2012 cumprir uma etapa necessária: preparar o caminho para que a agenda internacional seja uma agenda do desenvolvimento sustentável.

ECONOMIA VERDE E RIO + 20: RECORTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mauricio Amazonas

INTRODUÇÃO

Os tempos recentes, especialmente com o ambiente de discussão, reflexão e sentimentos mobilizados pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), na cidade do rio de Janeiro no mês de Junho de 2012, a Rio+20, assistem a sociedade sendo colocada perante a inusitada, porém esperançosa, ideia de uma Economia Verde, figura parte quimérica, parte esfíngica, parte prometéica, no intuito de que esta sociedade a decifre e, com suas luzes, possa se conduzir a um mundo em que não devore a natureza e a si mesma.

Faz-se oportuno uma incursão pelos meandros desta ideia, investigando no contexto histórico, econômico e político que a gestou alguns determinantes de sua consistência e contradições conceituais.

1 – ECONOMIA E NATUREZA, UMA BREVE LONGA HISTÓRIA

A ideia de que a economia deve ser compreendida a partir de sua relação com o mundo natural em que se assenta não é nova. Também não é nova a ideia de que o desenvolvimento econômico deve ocorrer de modo o mais harmônico possível com relação ao uso dos recursos naturais e à conservação e preservação das condições ambientais.

A própria gênese do pensamento econômico e da ciência econômica no século XVIII traz em si o entendimento da sociedade e da vida econômica como aflorados do meio e das leis naturais. Inspirados no momento de surgimento e avanço do naturalismo, no campo das ciências naturais, e do jusnaturalismo, no campo da filosofia e do direito, os primeiros economistas viam as relações econômicas como derivadas da ordem natural, como os fisiocratas, que enxergavam a própria noção de excedente econômico e do valor como derivados da natureza, ou mesmo da economia política clássica (exceção a Marx), que tendiam a naturalizar as relações sociais e econômicas¹⁰.

¹⁰ Sobre esta discussão veja-se Coutinho (1993) Lições de Economia Política Clássica, Ed. Hucitec.

Contudo, especialmente na segunda metade do século XX com a expansão do paradigma fordista e fossilista da II Revolução Industrial, o processo de desenvolvimento econômico no mundo capitalista, sob a hegemonia do império americano, vem mostrar de forma notória seu traço próprio da modernidade. Construído sobre uma sociedade de indivíduos livres – promotores do auto-interesse – e de consumo de massas, o processo de desenvolvimento mostra sua capacidade de produzir, de forma ampliada e generalizada, a geração de riquezas. Todavia ele o faz produzindo ganhos desigualmente apropriados e prejuízos desigualmente impostos ao conjunto da sociedade, aprofundando as desigualdades internacionais, sociais e a exploração desigual do meio ambiente e dos recursos naturais, com danos e riscos produzidos agora em grande escala industrial. Imagem e semelhança do paradigma da pujante “civilização do petróleo”.

A percepção científica e social desta perigosa contraface do desenvolvimento econômico, não tardando, veio se expressar e manifestar de modo clamoroso a partir da década de 1960, articulando a problemática ambiental à sua gênese no processo econômico, naquilo que pode ser denominado de surgimento da “questão ambiental”. O perigo nuclear exposto após Hiroshima, acidentes como o de Minamata no Japão e Bopal na Índia, a escalada da poluição nas grandes metrópoles industriais, o advento dos riscos e contaminações com agroquímicos, e a explosiva escalada do crescimento populacional levaram à proliferação de ampla produção e debate intelectual e político, com obras tais como *A Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (1962); *The Population Bomb*, de Paul Erlich (1968); *The Tragedy of the Commons*, de Gareth Hardin (1968); o surgimento do Clube de Roma em 1968 e, com destaque, o estudo por este solicitado ao MIT, coordenado por Dennis e Donella Meadows, conhecido como Relatório Meadows, intitulado *Limits to Growth*, em 1972. Com forte corte ambientalista predominantemente neomalthusiano, a maior parte das ideias integrantes de tal movimentação voltavam-se a denuncia crítica da face ambientalmente deletéria da natureza do sistema econômico contemporâneo.

O ano de 1972 foi também o da realização da primeira reunião mundial de cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento, a chamada Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia. Naquele evento, entre posições neomalthusianas defensoras de um “crescimento zero” e posições desenvolvimentistas defensoras de um crescimento econômico a todo custo (defendidas especialmente pelos EUA e países em desenvolvimento), levantou-se a tese do Ecodesenvolvimento (conceito construído diplomaticamente por Maurice Strong e academicamente por Ignacy Sachs). Segundo este conceito, o desenvolvimento e a conservação ambiental não apenas não são

antagônicos, mas sim são complementares e interdependentes, sendo desenvolvimento genuíno aquele que se faz garantindo as condições ambientais sobre as quais se assenta.

No debate acadêmico, especialmente entre os economistas, a emergência da questão ambiental coloca na pauta da discussão teórica e aplicada a busca do entendimento destas relações entre economia e meio ambiente, mobilizando importantes pensadores, tanto no campo da teoria econômica convencional, como Robert Solow, quanto no campo formado entorno de uma “bioeconomia”, como Kenneth Boulding, Herman Daly e Nicholas Georgescu-Roegen. Como resultado, se desenvolveram e organizaram os campos disciplinares da Economia Ambiental, no âmbito neoclássico convencional, e da Economia Ecológica, como espaço alternativo transdisciplinar integrador de princípios ecológicos, econômicos e sociais.

Tanto no campo político-diplomático quanto no acadêmico, os anos de 1970 e 1980 assistiram o desenvolvimento desta busca de compatibilização entre economia e meio ambiente, culminando com a formulação e consagração do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Estando a noção de sustentabilidade permeando diversas elaborações e documentos (inclusive em *Limits to Growth*), o termo Desenvolvimento Sustentável aparece inicialmente em reunião da World Conservation Strategy, em 1980, e em seguida na Reunião do PNUMA, em Nairobi (1982), vindo posteriormente ser o eixo orientador do Relatório Brundtland, apresentado pela Comissão Brundtland das Nações Unidas, em 1987, documento intitulado como *Our Common Future*¹¹.

Esse Relatório lançou e popularizou a definição mais amplamente aceita de Desenvolvimento Sustentável, que é aquele capaz de atender "às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas necessidades". Digno de nota o fato de que, sendo assim definido, o Desenvolvimento Sustentável não se traduz em um conceito que redefine o desenvolvimento em termos das condições naturais ecológicas (termos como ecológico ou ambiental não figuram na definição, embora perpassem toda a obra), mas sim que promove uma inflexão na direção de uma definição ética, de justiça intra e intergeracional, na qual evidentemente a questão ambiental constitui importante pilar.

De lá para cá, o conceito de Desenvolvimento Sustentável se torna um líquido pervasivo, irrigando os meandros de praticamente todos os segmentos da sociedade, por mais antagônicos que estes sejam entre si. Mas ao mesmo tempo fluido demais para poder conferir

¹¹ CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Nosso Futuro Comum*, FGV, Rio de Janeiro, 1988.

às políticas e ações efetivas fundamentação sólida, ao menos não tão sólida quanto a força ética e a promessa redentora que o conceito de Desenvolvimento Sustentável veio instalar na consciência coletiva. Assim, desde então a recente comunidade global se lança no anseio de busca pela sedutora operação alquímica de amalgamar à pedra filosofal do desenvolvimento o elixir da longa vida da sustentabilidade.

Vinte anos após a reunião de Estocolmo, o Rio de Janeiro hospedou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – a ECO-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra –. Maior evento de cúpula global até então, reunindo amplos anseios dos diferentes países, segmentos sociais, sociedade civil organizada e opinião pública global, a Conferência produziu diversos avanços e também desapontamentos. De um lado, a década de 1980 gestou diversos processos de negociação internacional na busca de estabelecer a regulação e normatização de diversas temáticas ambientais, como por exemplo as questões das mudanças climáticas ou da biodiversidade, fazendo com que a Conferência tenha se transformado em um corolário de pautas já iniciadas, estabelecendo diversos compromissos na forma de grandes Convenções que a partir de então passam a operar a partir de Conferências das Partes (COPs) anuais ou bienais. De outro lado, dada a ampla expectativa depositada em relação à implementação do Desenvolvimento Sustentável como espécie de novo paradigma ou modelo, muitos anseios deixaram de ser contemplados.

Em Johannesburgo, África do Sul, no ano de 2002 ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Earth Summit 2002), ou simplesmente Rio+10. Os principais acordos, já firmados em 1992, seguiam evoluindo dentro de seus próprios escaninhos – uns mais rapidamente, outros menos, uns mais pacificadamente, outros menos – sem que houvesse novos fatos que impelisse as pautas a necessariamente terem de ser tratadas em grande cúpula geral. Deste modo, o esvaziamento político e técnico marcou a Conferência, que se restringiu basicamente a ratificar os compromissos anteriores de 1992 e o andamento destes nas COPs. Dez anos depois, em 2012, o Rio de Janeiro hospedou novamente o maior evento de cúpula global, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

2 – DUAS DÉCADAS ENTRE RIOS

Se os primeiros dez anos após a ECO-92 foram de avanços graduais e cumulativos de sedimentação das pautas estabelecidas a partir da cúpula do Rio, os dez anos seguintes contudo se apresentaram com uma dinâmica mais renovada e intensa.

Enquanto os anos de 1990 ficaram marcados como a década de consolidação da nova era denominada pela *globalização*, pela integração global do capital comercial e financeiro e pelo “triunfo” da ordem e ideário neoliberal pós “queda do muro de Berlim”, o início do terceiro milênio, todavia, já está marcado por toda a manifestação e percepção da contraface perversa desta nova ordem global. Desde as crises econômicas cambiais e financeiras produzidas pelos ataques especulativos do livre fluxo de capitais financeiros de curto e curtíssimo prazo no final dos anos de 1990 – como a crise mexicana de 1995, a crise asiática de 1997, a crise russa de 1998, o abandono defensivo do plano Real e liberalização do câmbio no Brasil em 1999, e a crise argentina de 2002 –, assim como a construção de forte manifestação social anti-globalização, como os embates vistos junto a reuniões de cúpula da Organização Mundial do Comércio – desde Seattle em 2003 – ou do Fórum Econômico Mundial em Davos, ou como a que levou à construção do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, tornou-se evidente que a ordem neoliberal não era o “fim da história” e que o começo de sua revisão e regulação já se tornava necessária.

Como reação e expressão de contraface da globalização, observou-se no período tanto a consolidação dos blocos econômicos regionais quanto a recuperação relativa da capacidade dos estados nacionais em gerirem suas políticas econômicas, assistindo-se por exemplo, o ressurgimento na América Latina de uma onda de governos não liberais e de vinculação popular ou neopopulistas.

Do ponto de vista da agenda ambiental, fatos novos também se estabelecem nos anos 2000. Enquanto os anos de 1990 construíram perspectivas que culminaram positivamente em acordos de compromissos futuros, como o Protocolo Quioto em 1997, os anos 2000 por sua vez vão justamente vivenciar a dificuldade no cumprimento de tais compromissos dessas agendas. Particularmente, o grande solavanco vem justamente na agenda climática. Esta não se defronta apenas com a dificuldade de cumprimento dos compromissos antes estabelecidos, mas também com a percepção da insuficiência dos próprios compromissos para fazer frente à realidade do problema. A divulgação do Relatório Stern, em 2006, e do 4º relatório do IPCC, em 2007, caiu como uma bomba, ao apresentar prognósticos para o avanço do aquecimento global e de identificação de suas consequências os quais superaram as expectativas de seu controle possível pelas políticas então em curso.

Em paralelo e em sinergia com o avanço da discussão da mudança climática, avança também nos anos 2000 a construção e consolidação de novos mercados tidos como ecologicamente mais corretos. A busca de fontes energéticas alternativa ou a viabilização de seu uso, como o avanço em programas de energia eólica, solar e de biocombustíveis, bem

como a constituição de mercados ligados a produtos de baixa pegada de carbono – carbon free ou carbon light – e o avanço na certificação de produtos em termos de sustentabilidade e sua cotação nos mercados financeiros permitiram a alavancagem de “mercados verdes”. O avanço e proliferação desses mercados fez-se acompanhar, especialmente no mundo dos negócios, da ideia de um “capitalismo verde” ou de uma “Economia Verde”¹².

3– FIM DE DÉCADA, CRISE DE CICLO E GRITA POR GOVERNANÇA

A face sombria e nada oculta da globalização, produzindo desde os anos de 1990 um estado de crise permanente endêmica nos países periféricos e emergentes e crises vultosas como a asiática e russa, passo a passo vai se acercando da órbita central do atual capitalismo global, atingindo a economia dos EUA a partir de 2007-2008, com a crise do subprime imobiliário e a simbólica e estupenda quebra do Lehman Brothers, e, no momento seguinte, a própria crise Européia, que até hoje se encontra em ebulição.

Paralelamente, a economia chinesa segue em crescimento com índices elevados, produzindo no mundo um estado não mais de surpresa, dada a constância, mas de permanente perplexidade. A crise nos países centrais, com elevados índices de desemprego, contrastam e espelham o avanço da China como “fábrica do mundo”, exportando ao mundo parcela inigualável da produção industrial consumida, substituindo grande parte das produções domésticas. Em que pese o cenário de crise global, o mundo verifica um permanente avanço quantitativo no padrão de consumo, com elevadíssimo impacto sobre o consumo de matérias-primas e recursos naturais. E isso tanto nos países ricos como também nos países emergente, destacadamente os BRICs, com uma parcela cada vez maior de novos consumidores nos estratos médios da sociedade. E grande parcela desse aumento sob o rótulo “Made in China”.

No panorama geopolítico, nesse início de primeiro anos da segunda década do milênio, o contexto de crise global, agora com foco no centro do capitalismo, vem produzindo junto a ele a sistemática crítica econômica, social, intelectual, política e diplomática no sentido de serem estabelecidos novos e eficazes mecanismos de macro-regulação econômica e política. O reconhecimento de que a dinâmica do capital “deixado a solta” traz danos sistêmicos irreparáveis, criando uma situação de risco econômico global antes nunca vista,

¹² Veja-se por exemplo *Natural Capitalism*, de Paul Hawken, Amory Lovins e L.H. Lovins, de 1999, editado em português como *Capitalismo Natural*, pela Editora Cultrix, 362 p.

traz à baila uma ampla reivindicação e ações para a construção de novos mecanismos de regulação econômica dentro de um contexto de governança global.

As teses e argumentos keynesianos, antes invocados e pensados para contextos de economias nacionais, agora ressurgem no espírito da regulação de uma grande economia global. Como possibilidades de saída da crise são apontadas, de um lado, a recuperação das economias nacionais e seus mercados internos, juntamente à recuperação dos estados nacionais e sua capacidade de exercer políticas públicas e de desenvolvimento, e de outro, a construção de mecanismos de regulação econômica global, não apenas para a regulamentação do sistema financeiro internacional, mas sim na direção de um *New Deal* Global.

Do ponto de vista ambiental, a crise econômica global eclodida a partir da segunda metade os anos 2000 é vista de diferentes modos e com efeitos ambíguos. Por um lado, como efeitos imediatos de curto prazo, o arrefecimento da atividade econômica provocado pela crise traz alguns impactos que chegam a ser vistos como benéficos por ambientalistas, como a redução na demanda por recursos naturais e também a menor geração de resíduos, menor consumo de energia e menor nível de emissões, menor produção de commodities primárias. Por outro lado, também no curto prazo observou-se efeitos ambientalmente indesejáveis, como maiores pressões para a flexibilização da legislação ambiental para investimentos públicos e privados, a redução de investimentos em mercados ecologicamente corretos, como os mercados de carbono e de tecnologias limpas.

Todavia, mais relevantes são os efeitos de médio e longo prazos. A crise, impactando os padrões de produção de modo a atingir mais fortemente estruturas produtivas mais tradicionais, abre janelas de oportunidade para o desenvolvimento de mercados verdes e de energias renováveis, os quais mantiveram ao longo da crise níveis de investimento mais elevados comparativamente a setores ligados ao petróleo. Não apenas a partir de uma dinâmica dos próprios mercados, mas também somado ao fato de que os Estados nacionais, em sua recuperação como promotores de desenvolvimento (e de políticas contracíclicas keynesianas), investem no segmento ambiental enquanto parte dos “novos setores” a serem fontes geradoras de emprego e renda.

No plano das economias nacionais, coloca-se a recuperação da capacidade dos estados em exercerem suas políticas de desenvolvimento, ao passo em que também se investe estrategicamente em setores de “economia verde”. No plano da economia global, coloca-se tanto a necessidade de avanço em mecanismos globais de regulação econômica e financeira, quanto à necessidade de consolidação dos avanços verificados nos mecanismos e instituições multilaterais de regulação e governança ambiental. Em um plano e em outro, e em ambos

interligadamente, a imbricação das agendas de regulção econômica e de regulção ambiental colocam a perspectiva de desenvolvimento agora de um *Green New Deal*¹³ em contexto global. Foi neste ambiente que se construiu o palco da Rio+20.

4 – A CONFERÊNCIA RIO + 20: ENTRE PAUTAS SEM AGENDA E AGENDAS SEM PAUTA

Considerado de antemão um dos momentos mais relevantes no processo histórico da temática ambiental em sua relação com o Desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012 Na cidade do Rio de Janeiro, veio com o propósito de reafirmar as políticas de compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, para tanto trazendo a aura de delineamentos de caminhos de compromissos concretos com o estabelecimento de novos marcos e novas metas. Maior evento já realizado pelas Nações Unidas e com um arco de ampla participação numérica de representantes de nações e de participação da sociedade civil, a Conferência vem estabelecendo-se como amplo espaço de expectativas, tanto positivas, dado o idealismo de seus propósitos, quanto céticas, dado o realismo do contexto histórico.

Em termos de seus resultados concretos e efetivos, a Conferência conduziu longas agendas de discussão, sem que estas estivessem suficientemente articuladas em pautas de negociação que pudessem produzir acordos e resultados mais palpáveis e tangíveis. Com isso, as pautas da Conferência, que nos dois anos que a precederam vieram sendo negociadas, chegaram ao mês de Junho de 2012 sem que tivesse sido estabelecida uma agenda de compromissos e metas de médio e longo prazos, empurrando importantes definições e decisões para algum lugar no futuro.

Dentre os principais elementos da pauta da Conferência, posição central foi dada à ideia de Economia Verde, ao lado das questões de inclusão social e da Governança.

Termo difundido em 2008 pelo PNUMA, a Economia Verde ganhou rápida aceitação e publicidade. À semelhança do conceito de Desenvolvimento Sustentável nos anos de 1990, o conceito de Economia Verde vem ocupar um papel de desaguadouro de expectativas de convergências, buscando firmar-se enquanto um espaço de consensos e entendimento comum, na busca do estabelecimento de caminhos efetivos de ação. Por outro lado, suscitou desde o nascedouro também um ceticismo e incredulidade maiores do que os experimentados pelo

¹³ BARBIER, Edward B. *A Global Green New Deal*. Economics and Trade Branch, Division of Technology, Industry and Economics, United Nations Environment Programme – UNEP, 2009.

conceito de Desenvolvimento Sustentável. À diferença do conceito de Desenvolvimento Sustentável, o conceito de Economia Verde busca assentar-se nas experiências e tendências concretas atuais em curso construídas pelos segmentos estratégicos de recursos renováveis e de mercados ecologicamente corretos.

Se, de um lado, a maior aproximação em relação ao realismo do mercado e das possibilidades deste vir a conduzir concretamente novos segmentos produtivos e de negócios ambientalmente mais adequados faz com que a Economia Verde encontre aí seu fator de força, de outro, esta mesma aproximação faz com que o ceticismo aflore, na medida em que a crença na suficiência das forças de mercado em conduzir aos resultados mais desejáveis para a sociedade é, pela experiência histórica ou pelo bom senso, algo ingênuo, pretensioso ou puramente dogmático. É justamente nesse sentido que o aflorar da Economia Verde já nasce revestido de expectativas e descrenças.

5 - ECONOMIA VERDE: RECUANDO OU AVANÇANDO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Por que mais um termo, mais um nome, no já difuso e impreciso campo de ideias onde o Desenvolvimento Sustentável conseguiu, com todas suas ambigüidades e ambivalências, ser uma noção minimamente convergente? Qual o propósito e sentido em se introduzir agora o termo Economia Verde? O que reside por trás? Aclarar e precisar o Desenvolvimento Sustentável ou jogar sobre ele uma cortina de fumaça?

A ideia de Economia Verde, enquanto núcleo conceitual e político lançado para que entorno de si se organizem e orbitem os debates de ideias e proposições políticas e ações concretas, ganhou destaque com a proximidade e preparativos da Rio+20. Lançado em 2008 pelo PNUMA através da Green Economy Initiative - GEI (Iniciativa Economia Verde – IEV), o termo Economia Verde é concebido como aquela que “resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNEP, 2011)¹⁴. Como fundamentos para tal, a proposta do PNUMA elenca três características: i) economia de baixo carbono; ii) ecoeficiência no uso de recursos naturais por meio do desenvolvimento tecnológico; iii) inclusão social.

A proposta de Economia Verde do PNUMA, em linha com a de um Green New Deal, coloca o crescimento da renda e do emprego como objetivos centrais, a partir de um bloco de

¹⁴ UNEP, 2011, *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. www.unep.org/greeneconomy.

investimentos públicos e privados de baixo carbono e baixo impacto ambiental e ecoeficientes no uso de recursos naturais.

O Relatório de Economia Verde (REV) do PNUMA, publicado em fevereiro de 2011, como uma das principais peças do organismo para a Rio+20, aponta que a transição para uma Economia Verde viria associada, no médio e longo prazos, a taxas de crescimento global do PIB e do nível de emprego maiores que nos cenários *business as usual* de trajetórias conservadoras. Fica claro que, longe de ser uma proposta que visa questionar as bases do modelo econômico vigente e seus respectivos valores, ou seja, do crescimento econômico como desiderato central, a ideia de uma Economia Verde se apresenta como a continuidade estratégica deste, estratégica no sentido de que agora sua continuidade se torna sustentável.

Em que pese a existência de vasta euforia em defesa de uma Economia Verde, como inclusive para muitos sendo uma manifestação de concretização de preceitos do Desenvolvimento Sustentável, a ideia de uma Economia Verde não deixa de constituir uma espécie de “*downgrade*” em relação ao Desenvolvimento Sustentável. O conceito de Desenvolvimento é multidimensional. É um conceito econômico, pois presume o crescimento econômico, mas não é apenas econômico. É um conceito fundamentalmente social e político, almejando a potencialização e melhoria da vida humana. O conceito de sustentabilidade é também multidimensional, envolvendo não apenas a dimensão ambiental, mas as dimensões social, econômica, política, cultural. O conceito de Economia Verde reduziu o Desenvolvimento a Economia, e o Sustentável à dimensão ambiental ao “Verde”.

Em parte, a Economia Verde é um recuo em relação ao Desenvolvimento Sustentável. Não necessariamente retrocesso. É seguramente um recorte do Desenvolvimento Sustentável. E, enquanto recorte, o reduz. Uma redução pode apequenar e esvaziar. Mas pode também focalizar. A focalização pode ser positiva, se ao produzir tal delimitação conseguir ensejar eficazmente políticas e ações concretas. Pode, porém, produzir resultados tão isolados que pouco sentido e pouca mudança podem vir a trazer frente à realidade mais ampla e relevante. Pode trazer mudanças cumulativas gradativas que posteriormente irão produzir mudanças estruturais de fundo. Mas pode também trazer mudanças que nada mudem.

Assim, em nosso entendimento, sobre a indagação inicial se a bandeira da Economia Verde veio aclarar e precisar o Desenvolvimento Sustentável ou jogar sobre ele uma cortina de fumaça, podemos dizer que nem um nem outro exatamente. E sim ambos simultaneamente. Ou seja, a Economia Verde recorta o Desenvolvimento Sustentável a partir da tesoura da concretude dos interesses envolvidos, sob a alegação do recorte “do possível”. Com isso, foca o conceito a partir deste recorte, de modo a precisar e mesmo concretizar determinadas

dimensões – dadas pelo “realismo” dos interesses econômicos que poderão ter aí janelas de oportunidades de elevados ganhos econômicos nesses novos mercados –, ao mesmo tempo em que desfoca em relação às necessidades de atendimento de limitações ambientais concretas e de inclusão social e redução das desigualdades. Em que pese tal conceito enunciar a inclusão social como pilar básico.

5.1 - Economia Verde e inovação tecnológica: ecoeficiência e desmaterialização.

Grande parte do conservadorismo da proposição de uma Economia Verde, e, portanto, do ceticismo que se tem frente a ela, está na crença depositada nas virtudes do progresso técnico e das forças de mercado em encontrar as soluções para os problemas ambientais e promover sua implementação. O crescente estabelecimento de “mercados verdes”, Produção mais Limpa (P+L) e ecoeficiência no uso de recursos renováveis e recicláveis, torna-se assim carro-chefe da visão de Economia Verde. Tal “otimismo tecnológico e de mercado”, todavia, encontra forte oposição da parte de certo “ceticismo ecológico e social”.

Não há dúvidas acerca da importância da inovação tecnológica para a Sustentabilidade. A rigor, o progresso tecnológico assume papel chave nas diferentes visões de Sustentabilidade do Desenvolvimento desde o debate dos anos de 1960. A necessidade do progresso técnico no sentido de promover a maior eficiência no uso dos recursos naturais, ou seja, maior ecoeficiência, figura como elemento central tanto em visões mais associadas à “sustentabilidade forte”, como na de estado estacionário de Herman Daly¹⁵, que advoga a manutenção do capital natural, assim como em visões mais associadas à “sustentabilidade fraca”, originada do modelo de crescimento de Robert Solow¹⁶, que advoga a manutenção do crescimento do capital total, para tal substituindo-se o capital natural. Em ambos os casos postula-se, por meio da inovação tecnológica, uma “desmaterialização” da economia, ou seja, que o bem-estar social provido pela produção econômica seja obtido com cada vez menos recursos materiais naturais.

Tanto os modelos de Solow como os de Daly requerem a inovação tecnológica para a sustentabilidade, através da ecoeficiência e dematerialização. Ambos advogam um progressivo aumento na relação de eficiência entre o produto final, ou seja, entre o bem-estar

¹⁵ DALY, Herman. E. (1968), “On Economics as a Life Science”, *Journal of Political Economy*, no 76, p. 392-406.

DALY, Herman. E. (1974). *The Economics of the Steady State*. *The American Economic Review*, Vol. 64, No. 2, May, 1974, pp. 15-21.

¹⁶ SOLOW, R. (1974), “The Economics of Resources or the Resources of Economics”, *American Economic Review*, vol. 64, nº 2, May 1974.

e os insumos primários, isto é, os recursos naturais, ou seja, obter “mais com menos”. Mas enquanto para Daly tal aumento de eficiência vem para permitir que se possa obter um mesmo nível constante de capital com menos utilização de recursos naturais, ou seja, estancando-se o crescimento material quantitativo, para Solow, ao contrário, ela vem para permitir que se possa obter um nível crescente de capital com um nível declinante dos estoques de recursos naturais, ou seja, para que o crescimento possa prosseguir sem culpa.

Em ambos os casos advoga-se que a inovação tecnológica deverá trazer uma progressiva desmaterialização da economia, um desacoplamento (*decoupling*) da economia em relação à sua base biofísica. No caso de Daly, trata-se de um desacoplamento absoluto, ou seja, produzindo uma real diminuição no uso total dos recursos naturais. No caso de Solow, um desacoplamento relativo, ou seja, onde efetivamente é diminuído o uso de recurso natural necessário à obtenção de cada unidade de produto, mas onde também se pode ampliar o uso total dos recursos naturais, em virtude do aumento de consumo pelo crescimento econômico.

A rigor, no desacoplamento relativo, o possível efeito negativo de se produzir um aumento em última instância do uso total dos recursos naturais pode decorrer justamente da própria ecoeficiência, ao se proporcionar a diminuição no uso total de recursos naturais por unidade de produto. Esse fenômeno é o conhecido como “efeito rebote” ou “ricochete”, ou mais especificamente na literatura econômica, como “Paradoxo de Jevons”. Stanley Jevons, em 1865, em sua obra “*O Problema do Carvão*”, descreve a situação paradoxal observada no caso do uso do carvão pelas máquinas a vapor, em que o aumento de eficiência e produtividade obtidas pelas novas máquinas, permitindo a mesma produção poder ser realizada com menor consumo de carvão, todavia fizeram aumentar ainda mais a quantidade total de carvão consumido no país. Segundo Jevon, “é um completo engano supor que um uso mais eficiente dos combustíveis implicará numa redução do seu consumo. A verdade é precisamente o oposto”. Isso porque “se a quantidade de carvão usada em um alto-forno for reduzida, em termos da produção, os lucros da atividade crescerão, novo capital será atraído, o preço do ferro-gusa irá cair mas a demanda aumentará. E no final o maior número de altos-fornos anulará as economias no consumo conseguidas por cada unidade individual”.

A ideia se aplica potencialmente a todo processo de aumento de eficiência no uso de recursos energéticos ou matérias primas. Por exemplo, a economia no consumo de combustíveis pelo aumento na eficiência dos motores propicia que o veículo seja muito mais utilizado e que também aumente o número de veículos. Típico caso também é o da agricultura, especialmente com a Revolução Verde: o aumento de eficiência, em termos de produtividade agrícola, ao invés de levar a que a mesma produção fosse obtida com menor

uso da terra, ao contrário, conduziu justamente a uma maior expansão da produção e, conseqüentemente, ao maior uso da terra. Esse fato é especialmente relevante ao se levar em consideração propostas de redução do desmatamento por meio do aumento da eficiência e intensificação das atividades pecuárias e agrícolas que promovem o desmatamento, visando que usem menos terra, pois o resultado, pelo “efeito Jevons”, pode vir a ser justamente o oposto.

Em suma, o pilar de sustentação da Economia Verde com base na tecnologia e mercados verdes, ainda que evidentemente necessário à construção de um Desenvolvimento Sustentável, é, no mínimo, ambíguo e duvidoso.

5.2- Economia Verde e Limites Ambientais

Não se pode creditar à tecnologia o papel de “salvação ambiental do planeta”. As possibilidades de aumento de ecoeficiência podem ser maiores nos primeiros momentos de esforços inovativos, mas o ganho de eficiência possível de ser obtido é progressivamente decrescente, pelo próprio princípio termodinâmico da lei de entropia. Assim, sendo o habitat terrestre um sistema biogeofísico fundamentalmente fechado em termos materiais e abertos em termos apenas da entrada de energia solar (e da correspondente saída de energia radiante), estamos circunscritos a limites absolutos que não podem ser transpostos pela inovação tecnológica. Esta apenas é capaz de reduzir nossos limites relativos.

Com isso, conferir à tecnologia um papel garantidor e avalizador de que um crescimento econômico ilimitado conduzido livremente pelas forças de mercado, sem balizas macro-regulatórias que o restrinjam e disciplinem, possa ser o caminho para a sustentabilidade parece consistir em uma operação de argumentação puramente ideológica e de pouca credibilidade.

O conhecimento, identificação e estabelecimento de normas e marcos regulatórios relativamente aos limites ambientais, postos em termos de capacidade de suporte e resiliência dos meios e recursos naturais, bem como a manutenção de ecossistemas estratégicos e funções ecossistêmicas vitais ao equilíbrio biogeoquímico, são elementos que devem balizar e guiar os rumos e campos de possibilidades de uma economia que real e efetivamente se queira verde.

5.3 - Economia Verde, desigualdade e pobreza: Agendas paralelas a se encontrarem no infinito?

Paralelo à Economia Verde, outro eixo temático da Rio+20 consistiu na questão da Pobreza. Contudo, a própria agenda da Economia Verde enseja perfis que podem vir a ser nada benéficos em termos de desigualdade e pobreza.

Um primeiro ponto a se destacar e que esteve presente no argumento de diversos críticos à proposta de Economia Verde, consiste na possibilidade de promoção de desigualdade entre países. De pronto, como os segmentos constitutivos de uma Economia Verde devem conter elevado conteúdo tecnológico e inovativo, um regime de comércio internacional que opere critérios de barreiras comerciais “verdes” iria inevitavelmente implicar em forte favorecimento aos países ricos detentores de maior capacidade de investimento tecnológico em P&D. A menos que tal fosse acompanhado de ampla política de transferência de tecnologia. Esse aspecto vem sendo destacado por países em desenvolvimento, expresso pelo South Centre¹⁷ enquanto um forte risco na proposta de Economia Verde, reforçando assim a necessidade desta ser apoiada no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Um segundo ponto a destacar é que, sendo os segmentos de Economia Verde caracterizados pela eficiência no uso dos recursos, ou seja, intensivo em tecnologia, mas não intensivo em recursos naturais – energia e matérias primas –, eles tendencialmente serão utilizadores de pouca mão de obra relativa, ou seja, utilizadores de mão de obra pouca, cara e qualificada. Com isso, a migração para uma Economia Verde pode ensejar tendências ao desemprego. A contraposição a este efeito deve vir, evidentemente, de política de qualificação de mão de obra. Contudo, para que a mão de obra qualificada possa ser absorvida, faz-se necessário por sua vez que os mercados verdes em questão não venham a se constituir em nichos de mercado pequenos e elitizados, e sim mercados de acesso amplo e capazes de geração de renda e emprego. Assim, enquanto os mercados de uma Economia Verde não se constituírem em *mainstream*, o que é perspectiva de longo e longuíssimo prazo, no curto e médio prazo a Economia Verde poderá vir a estar associada a processos de aprofundamento das desigualdades e de exclusão social.

5.4 - Economia Verde, desigualdade e padrão de consumo

¹⁷ Organização intergovernamental auto-intitulada como um “think tank” de políticas intergovernamentais dos países em desenvolvimento, criado em 1995 e sediado em Genebra. KHOR, Martin. *Risks And Uses Of The Green Economy Concept In The Context Of Sustainable Development, Poverty And Equity*. South Centre, Research Paper 40, July 2011.

Das duas questões anteriores postas frente à Economia Verde, ou seja, a dos limites ambientais e da desigualdade social, emerge enfim um elemento crucial para se pensar as perspectivas de sustentabilidade: a questão dos padrões de consumo e de acesso a esses padrões. Claramente, o espírito da modernidade ao estabelecer as virtudes da liberdade do Homem, se de um lado estabelece o princípio da dominação e apropriação do Homem sobre a Natureza, de outro lado também estabelece como mérito o ganho e apropriação individual e privada.

A apropriação e a propriedade se fazem de modo desigual, de modo a que os elevados padrões de vida e consumo da sociedade moderna sejam intrínseca e estruturalmente auferidos apenas por poucos. A generalização de tais padrões para todos os habitantes do planeta é de fato uma impossibilidade material, pois, como diversos autores e documentos recorrentemente mencionam, seriam necessários de 3 a 5 “planetas Terra” para consegui-lo. Com isso, dada a finitude do planeta, é evidente que, para que o padrão elevado de vida e consumo possa continuar sendo mantido para poucos, muitos devem ser excluídos.

Como bem argumentou Celso Furtado em seu clássico *O Mito do Desenvolvimento*, de 1974¹⁸, quando dialoga com a obra *Limits to Growth*, as projeções de limites dos recursos naturais elaboradas por este último incorriam no erro de estender os padrões de produção e consumo vigentes uniformemente a toda a população, quando em realidade o modelo capitalista vigente impõe estruturalmente a desigualdade, entre classes e entre nações, justamente para que a sustentação dos padrões para poucos não seja limitada ou que possa jogar estes limites para o futuro ou para os menos privilegiados.

Com isso, a discussão dos rumos e possibilidades para uma Sustentabilidade futura, passa por ter na questão da crítica aos padrões de produção e consumo e do acesso a estes como elemento central e condição *sine qua non*. Por sua vez, sendo justamente esta a veia nevrálgica maior, mais exposta e sensível do problema, “meter o dedo na ferida” é ao mesmo tempo tão necessário quanto motivo de todas as maiores resistências, especialmente pelos tomadores de decisão. A forma pela qual a sociedade constrói e distribui histórica e presentemente a riqueza e o poder não é algo que se possa transformar fácil e pacificamente. Os privilégios não se abdicam por si mesmos.

Enquanto peça de uma arquitetura de negociação diplomática, é patente e mesmo previsível a ausência, na proposta de Economia Verde do PNUMA, de uma crítica mais contundente aos atuais padrões de consumo e modos de vida, especialmente nos países e

¹⁸ FURTADO, Celso. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

estratos ricos da sociedade global e permanentemente postos como modelo econômico produtivo e psíquico-simbólico a ser perseguido pelos países e estratos médios e pobres em permanente busca de inclusão e ascensão social. Algo diferente por sua vez se encontra, por exemplo, no trabalho de Tim Jackson¹⁹, inicialmente elaborado para o governo britânico, onde esse ponto é a seu modo enfrentado. Ressalte-se que, após seu primeiro relatório, o autor foi excluído da demanda governamental e prosseguiu por si próprio.

5.5 - Economia Verde e Governança

Apesar de todas as críticas e riscos associados à ideia de uma Economia Verde, sua viabilização, contudo, pode vir a se tornar importante instrumento de mudança, se sua condução não for deixada predominantemente a cargo das forças de mercado, e sim atrelada a mecanismos institucionais de governança global que possibilitem que a macroregulação econômica condicione a critérios mais amplos de conformidade ambiental e social.

Na medida em que os novos segmentos de atividade econômica ligados à Economia Verde passem a ter maior dinamismo e centralidade, eles passarão a ser objeto de destaque nas políticas públicas e de investimentos públicos e privados. Com isso, uma nova institucionalidade voltada a tal gestão e regulação tende a se desenvolver e consolidar, dando espaço para que o controle social e os interesses de maior longo prazo conduzam a Economia Verde em direção a uma trajetória que inevitavelmente implicaria graduais, porém constantes transformações.

Todavia, a questão da Governança, outro eixo central da Rio+20, nela tampouco se avançou !

¹⁹ JACKSON, T. *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. London: Earthscan, 2009.

ECONOMIA VERDE E COMMODITIZAÇÃO DA VIDA

Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret²⁰

INTRODUÇÃO

A Economia Verde é uma grande estratégia que vem sendo construída pelo capital como saída para a crise (financeira, energética, de alimentação e climática na qual o mundo se encontra). Desde 2007, quando ocorreu a reunião do G8 +5 países emergentes, na Alemanha, se encomendou um estudo sobre *"a importância econômica da perda global da diversidade biológica"*. Esse estudo ficou sob a responsabilidade do Programa Ambiental das Nações Unidas – PNUMA, sendo que durante esses anos foram produzidos vários relatórios que lançaram a chamada Economia dos Ecossistemas e sua Biodiversidade (com a sigla em inglês: TEEB)²¹.

Além disso, uma série de outros documentos buscou elaborar uma base conceitual, ainda não definida e polêmica, para a economia verde. Em fevereiro de 2009, o PNUMA, lançou um conjunto de propostas políticas visando combater o aquecimento global e a crise financeira com o título *"A Global Green New Deal"*²², inspirado no programa social e econômico que foi lançado pelo Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, durante a depressão de 1929.

Em junho de 2009, ministros de 34 países assinaram a *"Declaração sobre Crescimento Verde"*²³. Nessa declaração eles atestam que: *"a recuperação econômica e ambientalmente e socialmente sustentável de crescimento econômico são os principais desafios que todos os países estão enfrentando hoje"*. Para eles não existe incompatibilidade entre o verde e o crescimento. Esses ministros solicitaram que a OCDE²⁴ (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) criasse uma estratégia para o crescimento verde. Essa estratégia foi publicada no documento, *"A Caminho do Crescimento Verde"*²⁵, lançado

²⁰ - Integrante da AFES – Associação Franciscana de Ecologia e Solidariedade

²¹ <http://www.teebweb.org/>

²² <http://pt.scribd.com/doc/17305876/A-Global-Green-New-Deal-UNEP-Final-Report-February-2009>

²³ <http://www.oecd.org/dataoecd/58/34/44077822.pdf>

²⁴ A OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional de 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, com sede em Paris.

²⁵ <http://www.oecd.org/dataoecd/37/34/48224539.pdf> <http://www.oecd.org/dataoecd/61/32/48536946.pdf>

(sumário em português).

em maio de 2011. Ainda no mês de Dezembro de 2009, o UNDESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) lançou uma nota técnica com o título “*A Global Green New Deal*” for Climate, Energy, and Development”²⁶ (*Novo Acordo Global Verde para o Clima, Energia e Desenvolvimento*).

Em 2010, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, cuja sigla em inglês é WBCSD, publicou um relatório chamado “Visão 2050 - uma nova agenda para os negócios”²⁷, que foi assinado por 29 grandes corporações que fazem parte deste organismo internacional. A Visão 2050 foi proposta como uma ferramenta para a formulação de políticas públicas e tomada de decisões para os próximos 40 anos.

Em 2011, o PNUMA lançou um novo relatório denominado de “Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza”, que traça um caminho de crescimento econômico até 2050, sendo documento base do que esse organismo pretendia discutir na Rio +20. Esse relatório “*está entre as contribuições-chave do PNUMA ao processo Rio+20 e ao objetivo geral de luta contra a pobreza e promoção de um século XXI sustentável*”²⁸. Nesse relatório o PNUMA define a economia verde “*como uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica*”²⁹. No entanto, algumas linhas adiante, a definição propõe algumas medidas dentro do mesmo paradigma de dominação e exploração da natureza que está em curso: “*O caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando possível, reconstruir capital natural como um bem econômico crítico e como uma fonte de benefícios públicos, principalmente para a população carente cujo sustento e segurança dependem da natureza*”³⁰. Assim, a natureza continua a ser vista como um bem econômico.

Durante todo esse período de lançamento desses documentos, observa-se que o PNUMA se aproximou cada vez mais do mundo empresarial, das grandes corporações e de seus interesses, com parcerias e realização de vários eventos. Fica claro que todos esses documentos têm em comum é a busca de uma estratégia de novas políticas econômicas, de investimentos, de incentivos e de inovações tecnológicas conjugadas com políticas

²⁶http://www.un.org/esa/dsd/resources/res_pdfs/publications/sdt_cc/cc_global_green_new_deal.pdf

²⁷http://www.wbcsd.org/DocRoot/r62qLFi6d7uv4GCCu8sw/Vision_2050_FullReport_040210.pdf

Vision 2050 – a new agenda for business

²⁸http://www.unep.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT-online_version.pdf

²⁹http://www.unep.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT-online_version.pdf pag.01 02

³⁰ Idem

ambientais, para que a economia se recupere e novos empregos sejam criados visando manter o crescimento e a acumulação de capital.

O PNUMA, através do “*Global Green New Deal*”, sugere que para a recuperação econômica mundial é necessária uma combinação de ações políticas que enfrentem as “*ameaças imediatas colocadas pelas alterações climáticas, a insegurança energética, a crescente escassez de água doce, a deterioração dos ecossistemas e, sobretudo, o agravamento da pobreza mundial*”. O caminho é a redução da dependência de carbono, a proteção dos ecossistemas e dos recursos hídricos e a redução da pobreza.

Desta forma, nota-se que buscar aliar o verde ao crescimento e à economia não é uma novidade. Na verdade, o capitalismo já vem buscando se “ecologizar” desde a Conferência Rio 1992. Naquele evento o capital adjetivou de sustentável o desenvolvimento para poder continuar se reproduzindo. Destinou aos mercados as chamadas certificações verdes e criou a responsabilidade socioambiental, como instrumento de marketing.

1 - CRÍTICAS À ECONOMIA VERDE

Para criticar essas ideias de economia verde, utilizarei de uma citação do romance Grande Sertão: Veredas - de Guimarães Rosa. *"O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo Jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá - fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte."*

Um primeiro aspecto que a economia verde ignora, e que de forma ilustrativa pode-se encontrar nesta citação de Grande Sertão Veredas, é que as unidades naturais da paisagem nas quais se aplicam os conceitos de Ecologia para a conservação e manejo, são uma construção social, econômica e cultural, que vai além de sua dimensão biótica. Se considerarmos a

atividade humana da agricultura familiar³¹, por exemplo, a convivência do ser humano com a natureza é vital. Essa convivência levou ao desenvolvimento de sistemas para a realização da atividade agrícola, como por exemplo, o sistema de preparo do solo para o plantio, como o de roça de toco, ou o sistema de plantio propriamente dito, consorciado onde o milho, o feijão e a abóbora, cumprem funções diferenciadas.

O agricultor familiar nessa convivência com a natureza está acostumado a viver com restrições ambientais em relação à sua atividade agrícola. A agricultura familiar praticada no bioma do Cerrado, por exemplo, convive com duas grandes modificações sucessivas que ocorrem na paisagem. Isso porque o bioma do Cerrado está condicionado a duas estações climáticas bem definidas, invernos secos e verões chuvosos. A prática agrícola familiar, em geral, busca se estabelecer no meio natural através de sistemas de convivência com a natureza que promovam uma exploração mais adaptada possível. Em termos de sobrevivência, a agricultura familiar tende a buscar a diversidade e a adaptação, possibilitando a criação de sistemas sustentáveis de vida.

Por outro lado, podemos considerar outra perspectiva de fazer agricultura: a de negócio de mercado. O agronegócio estabelece outra construção social e cultural, em relação à biota. Diferente da agricultura familiar, o agronegócio não estabelece um sistema de convivência com a natureza. O que seria, por exemplo, o Cerrado, na perspectiva do agronegócio? Fui buscar uma resposta emblemática, lá no início da chamada modernização da agricultura no Cerrado. Quando da implantação de programas de revolução verde, nesse ecossistema, o então Ministro do Planejamento, Reis Veloso, do governo Geisel, no período da ditadura militar, ao pronunciar-se sobre o POLOCENTRO, definiu a ideia de cerrados, que acabou se impondo: *"...o cerrado não gosta de agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de*

³¹A agricultura familiar exerce um papel central na sustentabilidade da vida no Brasil. Ela corresponde a 10 % do PIB brasileiro, além de contribuir para a geração de emprego, respeito o meio ambiente, além de gerar trabalho e renda, ela é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. A maior parte do número de ocupações na agricultura encontra-se na agricultura familiar: 74,4% do total de ocupações. Isso corresponde a um total de 12,3 milhões de pessoas ocupadas. Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares. Enquanto na agricultura não familiar temos somente 4,2 milhões de pessoas ocupadas, empregando 1,7 pessoas a cada 100 hectares. Em 2006, conforme o Censo do IBGE, estava ocupado nas atividades da agricultura familiar um número 2 vezes superior aos da ocupação do setor da construção civil. Em 2006, era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%).

*mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil*³².

Assim fica claro que é necessário desvendar sob qual construção social, econômica e cultural estamos aplicando os conceitos de Ecologia para a conservação e manejo da natureza. A relação do ser humano com a natureza externa a ele é sempre mediada por relações sociais. Uma coisa é considerar a atividade agrícola somente como um pacote econômico e tecnológico de insumo – produto – mercado. Outra coisa é considerar a agricultura antes de tudo como uma base de vida e de organização social em um determinado contexto ambiental. A dinâmica social e cultural e a forma de ocupação do território estão no cerne da sustentabilidade.

Deste modo, a utilização e a gestão eficiente dos recursos naturais, como prega a economia verde, mantém as relações sociais, econômicas e culturais inerentes ao capitalismo. Suas proposições querem nos fazer acreditar que a apropriação da natureza como capital aliada a uma simples vontade e responsabilidade ambiental do mercado automaticamente promoveria um crescimento econômico estável – a tal sustentabilidade ambiental - e realizaria a melhoria dos padrões de vida de todos. A economia verde propõe que tudo isso seria obtido graças à mudança tecnológica, que estaria a serviço da expansão do mercado.

No caso da agricultura, que é o exemplo que estamos utilizando, a sustentabilidade está ligada às questões do campesinato, das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, que há muito estabeleceram sistemas de vida e convivência com a natureza. A agricultura tem a ver também com a reforma agrária, a soberania alimentar, a agroecologia e a economia solidária. Por sua vez a sustentabilidade na agricultura tem a ver com a defesa da vida e dos bens comuns, com a afirmação de direitos ameaçados, como o direito à terra e ao território, o direito à cidade, os direitos da natureza e das futuras gerações com o livre acesso às sementes, com a distribuição de renda, etc. Isto porque a terra e o território são ao mesmo tempo espaço físico, meio ambiente, ecologia, mas também espaço social, cultural, histórico e religioso. Por isso se fala hoje em justiça ambiental de forma mais ampla, não podendo separá-la da justiça social.

Neste sentido, a economia verde não aponta para uma nova relação entre as culturas humanas e a natureza. Essa economia não questiona e não supera os paradigmas da chamada era moderna: produção/consumo, desenvolvimento/crescimento, propriedade/lucro/acumulação.

³²CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL - Pastoral da Terra - 2: posse e conflitos (Estudos da CNBB, 13), São Paulo, Ed. Paulinas, 1976, pág. 132.

Outro aspecto que a “economia verde” não questiona é a visão utilitarista da natureza. Considera a natureza como um bem econômico gerador de mais capital, ou seja, como capital natural.

Consideramos até aqui que a nossa relação de seres humanos com a natureza externa a nós é permeada pelas relações sociais. Vimos que os territórios, além de serem espaços físicos e bióticos, são também construções sociais e culturais. Refletimos que os conceitos de “economia verde” desenvolvidos nos documentos desconsideram uma crítica mais profunda capaz de superar as relações sociais e culturais que estão na base da degradação ambiental e das crises em curso atualmente. O modelo hegemônico de sociedade capitalista não é colocado em xeque, mas sim recondicionado agora com a terminologia “de verde”, apenas com o intuito de manter seus valores e princípios. Isso fica mais claro quando os conceitos e propostas da economia verde trabalham a questão das interações que ocorrem dentro dos ecossistemas. Para a economia verde a apropriação da dinâmica da vida como ativo econômico é a solução para as crises.

Para entendermos melhor esses aspectos ressaltamos que na natureza tudo se relaciona, ou seja, todas as formas de vida e de matéria do planeta estão em relação. Numa floresta, por exemplo, as árvores produzem seu próprio alimento através da fotossíntese. Elas sintetizam sua biomassa através de elementos inorgânicos dissolvidos, de dióxido de carbono e da captação de energia solar. Usam a energia da luz do sol, a água, o solo, sais minerais e o gás carbônico, produzindo então a seiva que faz crescer a planta e aumenta sua matéria viva. A planta libera algumas substâncias, como o oxigênio, que é muito importante para a vida. Mas a planta também morre, em parte ou totalmente, no fim de sua vida. Os animais, por sua vez, consomem essa matéria orgânica criando a base de uma cadeia alimentar. O oxigênio e a massa, seja aquela parte viva ou morta das plantas, são úteis para outros seres vivos, e geram, em última instância, condições para se gerar mais vida.

Assim, nesta descrição simples e bastante resumida, verifica-se que uma floresta natural, para manter sua existência, depende de um ciclo biogeoquímico. Um ciclo que processa energia e regenera nutrientes, através dos organismos vivos e do ambiente físico no qual os organismos vivos interagem. A floresta se expande sem empobrecer o meio ambiente onde está localizada, sendo que ela nunca produz uma super quantidade de resíduos que não possam ser absorvido pelo ambiente, isto porque o próprio ambiente a impede.

Aqui emerge uma crítica mais profunda, uma vez que a Economia Verde considera que os ciclos naturais que permitem a vida, como esse que acabamos de descrever, seriam serviços que a natureza presta, dos quais os seres humanos se servem para sua sobrevivência e

bem-estar. Esses serviços, segundo a ideia da economia verde, deveriam ser revestidos de um valor econômico como forma de se garantir um adequado gerenciamento da sustentabilidade. Neste caso, nota-se que já não basta mais a mercantilização da parte material da natureza, mas se quer a mercantilização dos processos e funções da natureza, via comércio de serviços dos ecossistemas.

Na prática, observa-se que nas teses da economia verde o capital quer se apossar das interações que ocorrem dentro dos próprios ecossistemas. Isto porque definem que os complexos sistemas e ciclos naturais formados pela interrelação dos organismos vivos (plantas, animais, microorganismos) com os organismos não vivos (água, ar, solo, vento) sejam considerados como um ativo econômico. O resultado final é o capital se apropriando da dinâmica da própria vida, ao transformá-la em mercadoria.

Neste sentido, a economia verde é um dos resultados da chamada “economia dos ecossistemas e sua biodiversidade”, que desenvolveu a ideia de que as sociedades, o bem-estar da humanidade e as atividades econômicas dependem dos serviços ambientais, que derivam do funcionamento dos ecossistemas. Os economistas verdes propõem então que para preservar os ecossistemas é necessário valorar o fluxo desses serviços. A natureza então passa a ser vista como capital natural, enquanto que os ecossistemas passam a ser vistos como estoques de capital natural, cujo valor é definido pelos fluxos de renda futura, que no caso são os serviços ambientais (ecossistêmicos). O valor de todo estoque de capital é dado pelo valor presente dos fluxos de renda futura por ele gerado.

A valoração econômica é trabalhada, principalmente, com preços de mercado, mesmo que se busque associa-la às dimensões ecológica e social. Aqui fica mais claro o que se pretende com a economia verde, ou seja, a apropriação pelo capital da dinâmica da vida. Ou em outros termos, uma nova formação de acumulação de capital.

2 - A ECONOMIA VERDE É MAIS QUE O “ESVERDEAMENTO DO CAPITALISMO”

Os fatos anteriormente tratados exigem um aprofundamento de nossa reflexão. O ser humano diferente de outros seres vivos, pode ir além dos limites de equilíbrio da natureza e dos ciclos naturais. A agricultura, só para continuarmos no nosso exemplo anterior, através dos chamados pacotes tecnológicos, da indústria química, da bioengenharia, dos transgênicos e de outras técnicas como as de produção artificial de fertilidade do solo, rompe com equilíbrios e limites naturais, pulando etapas dos ciclos naturais. O que possibilita esses saltos

ou não, é a forma como as forças de mercado impõem o uso do conhecimento técnico e científico. Neste caso, além da luta pelas correlações de forças e de projetos de sociedade, adentra-se em uma discussão do campo ético e moral.

Em primeira instância, isso significa dizer que o problema não está em produzir, mas sim no modo de produção. Nossa civilização atual se baseia hegemonicamente no sistema capitalista, o qual rompeu com os ciclos naturais, não se deixando limitar pelo equilíbrio ambiental. O capitalismo é um sistema econômico, social e político baseado na propriedade privada, que se apropria de tudo na natureza, como um meio para produzir e distribuir bens de consumo e serviços visando obter lucro e acumular mais capital.

Assim, a Mãe Terra é para o capitalismo uma fonte de matérias-primas e os seres humanos força de produção e consumo, que valem pela sua utilidade e não pelo que são. A natureza é, portanto, uma mercadoria. O capitalismo explora a natureza como recurso, produzindo bens para perpetuar o consumismo e o materialismo. Esses bens produzidos precisam ser permanentemente desvalorizados e descartados para poder continuar a se produzir novos bens para na etapa seguinte substituí-los novamente, aumentando, assim, o consumo e a produção. Para tanto, criam-se novas demandas por matérias-primas extraídas da natureza.

Não contente em extrair a riqueza de recursos do planeta, o capital busca mercantilizar a própria natureza, para ampliar os lucros. Assim, nossos territórios, como terras, montanhas, rios, desertos, água, animais e florestas, até o nosso próprio corpo, tudo vira mercadoria, tudo se transforma em produto para o mercado. O modo de produção capitalista se alimenta do mundo natural, necessário para ele em escala cada vez maior e, portanto, mais mercantilizado.

O aumento da escala da produção, circulação e comercialização de bens causa impactos enormes, tanto no trabalho como na natureza. Para sobreviver às suas crises, o modo de produção capitalista impõe aos trabalhadores uma maior exploração, como a redução e flexibilização de direitos, demissões e migração. Já os impactos na natureza estão relacionados à poluição, ao desmatamento, à interrupção dos ciclos da vida em territórios, às mudanças climáticas, ao empobrecimento, à superprodução de resíduos, etc.

O capitalismo, sistema hegemônico no mundo tanto em sua forma clássica ou renovada, não é apenas um sistema econômico e político. Trata-se de um sistema de valores que são assumidos no dia a dia. Podemos dizer de uma forma mais simples, que nós vestimos, comemos, sonhamos, enfim vivemos “valores” do capitalismo. Por isso a sustentabilidade não pode estar simplesmente ligada a questões do campo da economia e do desenvolvimento. Não basta dizer que se quer verde a economia, apresentando como solução,

para nossas crises, novas tecnologias e mercados para que continue o nosso processo de apropriação da natureza e de desenvolvimento. É necessário questionar e buscar novos paradigmas para nosso viver, questionar nossos hábitos de vida, o nosso cotidiano, as nossas maneiras de nos relacionarmos com os outros em nossas sociedades e com a natureza da qual fazemos parte.

É nesta perspectiva que se fala hoje sobre a importância de se buscar novas lógicas sociais e culturais, resgatar conhecimentos e práticas das comunidades tradicionais e dos povos indígenas. A busca do “comum” (“commons”, como se diz em inglês) a partir do fortalecimento dos atores sociais em suas ações e reflexões é um tema cada vez mais discutido na busca de novos paradigmas. O comum sendo vivido como uma nova forma de regulação, que parta das comunidades e que possa abranger a sociedade como um todo. O comum estabelece uma ética diferente, que supera a ética do direito individual e aponta para sistemas sociais, instituições e ambientes que se articulam de forma a beneficiar a todas as pessoas e a natureza. O comum visto como um bem, mas não um bem no sentido de valor econômico. Esse bem comum que não é só da humanidade, mas da natureza, da Mãe Terra.

A crise ecológica é uma realidade. Todos os dias somos bombardeados pelos meios de comunicação, que querem nos convencer de que somos nós, a humanidade, os responsáveis por essa crise, que ameaça a nossa própria sobrevivência. Mas será isso verdade?

O que esses meios não revelam é que não somos todos nós os responsáveis e culpados pela degradação ambiental. Mas sim uma pequena parte da humanidade. Uma minoria de cerca de 20% da humanidade que consome cerca de 80% desses recursos, produzindo ao mesmo tempo cerca de 80% da poluição e da degradação ambiental que ameaçam a vida no conjunto do planeta. Se os 7 bilhões de habitantes do planeta consumissem o mesmo que os países desenvolvidos do Ocidente, faltariam muitos planetas para satisfazerem todas as suas necessidades. Portanto, a responsabilidade pela destruição não é igual para todos. Não é igual o poder de destruir e muito menos o acesso aos chamados recursos do planeta. É uma minoria que superexplora a natureza e a mão-de-obra dos trabalhadores para acumular lucros.

Desde a Rio92 temos presenciado o crescimento da influência das grandes corporações e empresas transnacionais e de seus lobistas junto ao sistema das Nações Unidas. Essa influência se sobrepõe às posições dos estados nas negociações multilaterais e acabam por dominar os espaços de discussões dos organismos das Nações Unidas. Assim, uma série de instrumentos financeiros está sendo criada. Esses instrumentos visam reforçar as necessidades do mercado, como os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, os REDD

(Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), os TEEB (Economias dos Ecossistemas e Biodiversidade).

Nesta lógica, a economia verde é mais do que o “esverdeamento” do capitalismo, mas sim a proposta de um novo paradigma: o de assumir a dinâmica da própria vida como ativo financeiro. O mercado de carbono, através das REDD, cria novos títulos de propriedade, títulos estes relativos ao dióxido de carbono não emitido e títulos de propriedade relativos às áreas de florestas imobilizadas. Criam-se, assim, novas propriedades, novos títulos e novas mercadorias, tendo como lastro o capital que se baseia na natureza. Temos aí então uma nova forma de acumulação do capital.

Essas novas propriedades se sobrepõem, por exemplo, à propriedade da terra em um determinado território, gerando enormes consequências na questão agrária. Em uma mesma propriedade de terra, passam a existir várias propriedades sobrepostas. Abrem-se, ainda, perigosos caminhos que se justificam na função socioambiental da propriedade, a partir da especulação de novos ativos econômicos, os chamados serviços ecossistêmicos.

A cosmovisão dos povos tradicionais, bem como a cosmovisão das religiões e crenças nos convidam a perceber que a vida tem um valor relacional e de existência, e não apenas sentido econômico. A natureza à qual nós pertencemos e a dinâmica da vida não podem ser consideradas como ativos econômicos. A diversidade biológica e a diversidade social e cultural formam uma mega “sociocultubiodiversidade”, que não pode ser guiada pelo mercado financeiro e pelas corporações. A natureza tem direito aos ciclos da vida. A sustentabilidade é da vida e não da economia e dos mercados.

INTRODUÇÃO

A energia desempenha um papel central na economia. Segundo a primeira lei da termodinâmica, a matéria-energia não pode ser criada ou destruída. Isto significa que toda a produção econômica exige a transformação de matérias-primas fornecidas pela natureza. De acordo com a segunda lei da termodinâmica, a energia é necessária para realizar essa transformação, mas o resultado líquido disso é um aumento na entropia, ou desordem. Em termos econômicos, recursos de baixa entropia são úteis e recursos de alta entropia não os são. O sistema econômico transforma recursos naturais de baixa entropia em produtos econômicos, inevitavelmente gerando nesse processo resíduos de alta entropia. O último recurso à nossa disposição é a matéria-energia de baixa entropia, uma parte disponível como estoques finitos de recursos naturais que, em geral, podemos consumir tão rápido quanto desejamos, e outra parte como um fluxo finito de energia solar, que atinge a terra em uma taxa fixa ao longo do tempo (Daly, 1991; Georgescu-Roegen, 1971). Em última análise, uma economia sustentável não pode aumentar a entropia mais rápido do que a energia solar pode reduzi-la.

No curto prazo, no entanto, o estoque finito de combustíveis fósseis constitui uma enorme fonte de energia de alta qualidade e baixa entropia, sendo difícil superestimar a sua importância na economia moderna. A economia de mercado e a economia de combustível fóssil surgiram simultaneamente durante o século dezoito, impulsionadas pelo desenvolvimento da máquina a vapor, que foi usada para bombear água de minas de carvão. A energia fóssil é intensamente concentrada e altamente versátil. Levaria mais de 25.000 horas de trabalho humano para gerar a energia encontrada em um único barril de petróleo (Savinar, 2008). Mesmo se assumirmos que 80% da energia fosse perdida durante a conversão de combustíveis fósseis em trabalho útil, o consumo de petróleo nos Estados Unidos aumentaria a produção econômica per capita ao equivalente a mais de 300 pessoa-horas por dia, enquanto

³³ - Associate Professor, Community Development and Applied Economics - University of Vermont- USA.
Email: joshua.farley@uvm.edu

no Brasil por 67 pessoa-horas por dia³⁴. Antes do início da idade dos combustíveis fósseis, o crescimento econômico era tão lento que era virtualmente imperceptível entre uma geração e a seguinte. No entanto, somente no século passado, o consumo per capita aumentou nove vezes, enquanto a população mundial quadruplicou (Daly & Farley, 2010). Embora muitos atribuíssem a explosão da produção econômica iniciada pela revolução industrial à magia do mercado, a magia de combustíveis fósseis pode realmente desempenhar um papel muito maior.

Economistas afirmam que a escassez crescente de um recurso leva ao aumento dos preços, que por sua vez, estimula uma maior eficiência no uso, o desenvolvimento de recursos substitutivos, e à redução de demanda. Eles concluem que nenhum recurso específico é essencial e que todos têm substitutos. No entanto, muitos exemplos de inovação induzida pela escassez crescente e o aumento dos preços revelam a dependência crescente dos combustíveis fósseis, tanto como fonte de energia como matéria-prima. Por exemplo, ao começar a faltar terra suficiente para atender à demanda mundial de alimentos, aprendemos a converter o gás natural em nitrogênio biologicamente ativo e outros petroquímicos em variedades de pesticidas, herbicidas e fungicidas. A mudança da tração e do transporte animal para o sistema motorizado liberou terras previamente usadas para alimentar os cavalos e bois. No entanto, enquanto a agricultura tradicional permitia a um agricultor converter uma caloria de alimento em dez calorias de alimento novo, os sistemas alimentares modernos agora transformam dez calorias de hidrocarbonetos em uma única caloria de alimento consumido. Criamos novos usos para os combustíveis fósseis muito mais rápido do que criamos substitutos. Resultado, a nossa civilização se tornou totalmente dependente dos combustíveis fósseis para a produção de alimentos, abrigos, roupas e outras necessidades básicas. A economia moderna de mercado depende também do crescimento contínuo para evitar o desemprego e a miséria, sendo que este crescimento depende dos combustíveis fósseis.

Infelizmente, existem duas razões principais pelas quais não podemos continuar a depender indefinidamente de combustíveis fósseis para alimentar a nossa economia. A primeira tem a ver com a oferta. Os combustíveis fósseis são, sem dúvida, um bem finito. A descoberta de petróleo, o combustível fóssil mais importante, atingiu o pico nos anos de 1960, tendo diminuído de forma constante desde então. Já o consumo vem superando as novas descobertas durante décadas (Campbell & Laherrere, 1998). Teóricos sobre o pico petrolífero há muito tempo já têm nos advertido que esta dinâmica deve, eventualmente, resultar em uma

³⁴ Estes números foram calculados utilizando dados da British Petroleum (2012). Statistical Review of World Energy, Full Report 2012, Online: <http://www.bp.com>, e dados populacionais da ONU.

incapacidade de aumentar a produção em resposta ao aumento dos preços, resultando em uma disparada dos preços do petróleo, com impactos catastróficos sobre a nossa economia. Após um século de preços relativamente estáveis (com a exceção dos choques de preços da OPEP na década de 1970), os preços do petróleo começaram a aumentar de forma constante a partir de 1998, enquanto os aumentos anuais na produção começaram a desacelerar. Entre janeiro de 2005 e julho de 2008, um aumento de preços de 250% não conseguiu aumentar a produção para além de 4%. Como previsto pelos teóricos do pico petrolífero, o crescimento econômico estagnou juntamente com a produção de petróleo, contribuindo para uma recessão global em 2008, que por sua vez levou a uma queda subsequente dos preços do petróleo. Os preços do petróleo se recuperaram e agora pairam em torno de 350% do seu preço real comparado com a década anterior (British Petroleum, 2012).

Os preços mais elevados provocaram o desenvolvimento de novas tecnologias e a produção de fontes que antes não eram lucrativas, ajudando a aumentar novamente a produção bruta de petróleo. No entanto, a maioria das novas fontes não só são apenas mais caras para extrair, mas também necessitam de mais energia. A estatística relevante é o retorno energético sobre o investimento de energia (EROI), ou a proporção de energia consumida em relação à energia produzida. As estimativas do EROI das “tar-sands”, por exemplo, estão na faixa de 1:1 a 1:7, em comparação com os retornos históricos de 1:100 para a produção de petróleo (Hall & Day, 2009). Medidas de produção bruta podem exagerar bastante a energia líquida. Além disso, as novas descobertas ainda não estão acompanhando a produção, embora talvez a maior descoberta das últimas três décadas, os depósitos do pré-sal brasileiro, só abasteceriam alguns meses o consumo global.

A segunda razão porque não podemos confiar indefinidamente em combustíveis fósseis é, sem dúvida, muito mais ameaçadora do que a primeira. As leis da termodinâmica asseguram que a combustão de combustíveis fósseis inevitavelmente gera desperdícios de alta entropia, em grande parte na forma de dióxido de carbono, um gás do efeito estufa. A temperatura global já aumentou 0.8 graus e é bem provável que aumentaria mais 0.8 graus, mesmo se pararmos hoje de emitir carbono. Os cientistas estimam que uma mudança climática para mais de dois graus pode causar uma catástrofe (IPCC, 2007). Atualmente, as emissões de dióxido de carbono são cinco vezes maiores do que a capacidade de absorção do planeta. Temos que reduzir as emissões em 80%, ou sofrer uma acumulação contínua de estoques atmosféricos com conseqüências inaceitáveis. A capacidade de absorção de dióxido de carbono é, portanto, o fator limitante no uso de combustíveis fósseis.

O problema pode ser definido em termos de limiares, limites abruptos que delimitam configurações qualitativamente diferentes de um sistema. Os estoques atmosféricos de carbono que levam à mudança climática descontrolada ou que criam um sistema de clima inadequado para a agricultura representam um limiar ecológico de estoque, enquanto as emissões de carbono superior a capacidade de absorção representam um limiar de fluxo. A nossa atual dependência em relação aos combustíveis fósseis também impõe um limite econômico. Enquanto reduzimos as emissões de carbono, sacrificamos primeiro os benefícios menos importantes seguido pelos mais importantes. Eventualmente, teríamos que sacrificar os benefícios essenciais para sustentar a atual população mundial. Se o uso de combustíveis fósseis cair abaixo desse nível, teremos atravessado um limiar econômico. Infelizmente, é muito provável que com as tecnologias e instituições econômicas atuais, este limiar é maior do que 20% dos níveis de consumo atual. O resultado é que estamos diante de limiares ecológicos e econômicos aparentemente irreconciliáveis. Se não reduzirmos as emissões por mais de 80%, haverá colapso ecológico, enquanto a redução das emissões ao redor desse nível haverá colapso econômico (Farley, 2010).

Felizmente, esta situação não se encontra necessariamente sem soluções. Estimativas científicas sugerem que ainda podemos emitir até 565 gigatoneladas de carbono sem ultrapassar um limiar ecológico de estoque (Cooper, Butler, & Leifert, 2011). Se agirmos com inteligência, esta reserva pode nos dar tempo para desenvolver novos padrões de consumo, tecnologias energéticas e instituições econômicas que permitam a transição.

O objetivo deste trabalho é sugerir soluções para este problema e o caminho para uma economia pós-carbono. A importância central da energia em uma economia significa que o tipo de energia que usamos tem uma grande influência sobre o tipo de instituições econômicas apropriadas. Os combustíveis fósseis têm características físicas fundamentalmente diferentes das energias renováveis e, portanto, exigem instituições econômicas fundamentalmente diferentes. Este artigo apresenta a hipótese de que os combustíveis fósseis são relativamente bem adequados para a alocação do mercado competitivo, desde que as suas emissões não ultrapassem a capacidade de absorção de resíduos de dióxido de carbono. Em contraste, resolvendo o problema das emissões de resíduos excessivos e desenvolvendo fontes de energia alternativas de baixo carbono (definida aqui para incluir a eficiência energética) são caminhos mais adequados para instituições econômicas baseadas na cooperação.

1 – AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E INSTITUCIONAIS DOS RECURSOS

Para criar uma economia sustentável é preciso entender as características essenciais dos recursos energéticos à disposição e sua relevância para a sua alocação econômica. Assim, uma característica importante das fontes de energia é a sua natureza como estoques ou fluxos. Os combustíveis fósseis (e urânio) são estoques finitos que são fisicamente transformados em resíduos no processo de geração de energia, sendo que o uso é equivalente ao esgotamento. Eles também podem ser utilizados na taxa que nós escolhemos, havendo provas abundantes de que temos consumido a metade das reservas globais acessíveis em apenas 150 anos, e mais da metade disso apenas nos últimos 30 anos (Heinberg, 2003).

Já as fontes de energia solar e geotérmica, em contraste, são fluxos não-esgotáveis fornecidos a uma determinada taxa ao longo do tempo, não gerando resíduos. Nós não temos nenhum controle sobre o fluxo (embora seja possível controlar o quanto for capturado) e a quantidade que capturamos agora não tem nenhum impacto sobre a quantidade que estará disponível no futuro. O fluxo não se acumula em estoques, embora em uma extensão muito limitada seja possível captar e armazenar uma parte da energia. Mesmo que a quantidade de energia solar (e de energia geotérmica) seja enorme, ela também é altamente dispersa (Georgescu-Roegen, 1971).

Outra característica fundamental é a exclusão. Um recurso é excludente quando uma pessoa ou grupo pode impedir que outros usem o recurso. Recursos não são excludentes por natureza; a exclusão exige instituições que protegem os direitos de propriedade privada, pública ou comum. Com exceção talvez dos hidratos de metano do fundo do mar, praticamente todos os depósitos de combustíveis fósseis são excludentes. Um dos recursos mais importantes para desenvolver formas alternativas de energia é a informação. As patentes resultam de instituições que tornam a informação excludente, limitando o acesso àqueles que obtêm uma licença para o seu uso, normalmente em troca de um pagamento monetário. A Organização Mundial do Comércio impõe patentes em escala global. Mercados só são viáveis para os recursos excludentes: se alguém pode usar um recurso sem pagar, o mercado não irá abastecê-lo.

Um recurso é não-excludente quando não pode impedir os outros de usá-lo. Neste caso os mercados não oferecem incentivos para produzir ou protegê-lo. A energia solar é inerentemente não-excludente, embora o substrato (terra, por exemplo) necessário para a sua captura é excludente. A capacidade de absorção de resíduos de dióxido de carbono também é não-excludente em um nível global, embora o protocolo de Kyoto esteja se esforçando para torná-lo excludente, limitando a quantidade de carbono que as nações individuais estão autorizadas a emitir, mas permitindo o troco de direitos de emissão. Como signatário do

Protocolo de Quioto, a União Européia estabeleceu um sistema de Comércio de Emissões (CELE), que tampa as emissões de nações individuais, que por sua parte tampa as emissões das empresas individuais, que podem negociar direitos de emissão entre si (Ellerman & Joskow, 2008). Seguindo esse exemplo, vários estados do nordeste dos Estados Unidos tem tampado as emissões da geração de energia elétrica, que depois são leiloados em intervalos regulares. A receita resultante é investida em eficiência energética (RGGI Inc., 2011).

Uma última característica fundamental que nós consideramos é a rivalidade. Um recurso é rival quando o uso do recurso por uma pessoa deixa menos para os outros usarem. Estoques de combustíveis fósseis são claramente rivais. Embora menos obviamente, a capacidade de absorção de carbono também é rival: quando as emissões de carbono de um país são seqüestradas por florestas e oceanos, esta capacidade de seqüestro não está mais disponível para seqüestrar as emissões de outros países, cujas emissões, portanto, acumulam-se como estoques atmosféricos, levando à mudança climática. Quando um recurso escasso é rival há concorrência para o seu uso. Se o uso não é racionado, o recurso é susceptível de ser sobreutilizado. Racionamento, no entanto, só é possível com os recursos que podem ser excluídos. O mecanismo de preço de mercado é uma forma de racionamento, restringindo o uso para quem estiver disposto a pagar mais.

Um recurso é não-rival quando o uso por uma pessoa não deixa menos para os outros usarem. Embora um fóton específico de energia solar seja rival, a energia solar não é rival entre locais. Independente da quantidade da energia solar que o Brasil consome, a quantidade disponível para outros países continua igual. Como recursos não-rivais não se esgotam com o seu uso (embora possam ser destruídas pelo abuso!), eles não são escassos. Uma vez que existem seria ineficiente racioná-los. Um recurso que é simultaneamente não-rival e não excludente é conhecido como um bem público.

A informação por trás das novas tecnologias energéticas que tão desesperadamente precisamos não é somente não-rival, mas também tem a propriedade especial que, muitas vezes, melhora com o uso. James Watt, por exemplo, desenvolveu um melhor motor a vapor depois de estudar um mais antigo. Como muitos já apontaram, o conhecimento é como a erva que enquanto mais o gado come, mais rápido ela cresce. No entanto, um setor privado com fins lucrativos não tem incentivo para investir no desenvolvimento de novas tecnologias, enquanto aqueles que não investirem tenham acesso igual. As patentes ajudam a resolver esse problema, mas criam outros. As corporações que competem para serem as primeiras a obter uma patente, e, portanto, direitos de monopólio, não vão compartilhar informações com outras equipes de pesquisadores. A necessidade de pagar para outras idéias e técnicas patenteadas

eleva o custo de desenvolvimento de novas tecnologias e retarda o seu desenvolvimento (Michael Heller, 1998; M. Heller & Eisenberg, 1998). As patentes são também susceptíveis em reduzir a disseminação das novas tecnologias necessárias para um mundo pós-carbono. A informação patenteada será vendida a um determinado preço, o que racionaria o uso a aqueles dispostos a pagar, assim reduzindo o uso e aumentando o preço da energia produzida. Se o preço é alto o suficiente, muitas indústrias vão continuar a queimar carvão, piorando a situação da mudança climática. Paradoxalmente, o valor econômico da tecnologia é maior quando existe acesso livre, mas neste caso os mercados não vão produzi-lo. Não parece haver nenhuma solução de mercado para este dilema (Farley, 2012) .

Complicando as coisas ainda mais, os custos de desenvolvimento de novas tecnologias energéticas podem exceder a capacidade de investimento de uma única empresa. Se as empresas ainda investem, outras empresas podem facilmente copiar as novas tecnologias produzidas, apesar da proteção de patentes. Essa dinâmica sem dúvida contribui para a falta de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de energia alternativa (Arrow, 1962; Foxon, 2003). O investimento do sector privado em tecnologia de energia caiu de forma constante a partir dos anos 1980, antes de se recuperar um pouco nos últimos anos, representando apenas 0,03% das vendas nos EUA (Coy, 2010). O setor privado simplesmente não está desenvolvendo as novas tecnologias que necessitamos tão desesperadamente. Estas características dos recursos escassos têm implicações importantes para a alocação de recursos. Para reiterar, mercados só são possíveis para os recursos que podem ser excluídos e só são eficientes para os recursos rivais.

O quadro a seguir distingue os recursos discutidos de acordo com as suas características físicas, sugerindo as implicações para a alocação.

	excludente	não-excludente
Rival	combustíveis fósseis, urânio <i>Racionamento é desejável e possível. O mercado competitivo é um dos vários mecanismos possíveis de racionamento.</i>	Capacidade de absorção do carbono <i>Racionamento é desejável, mas não é possível na ausência de instituições cooperativas que tornam o recurso excludente.</i>
Não-rival	tecnologias verdes patenteadas <i>Racionamento é possível, mas inerentemente ineficiente. Deve ter acesso livre, em caso que a provisão cooperativa é necessária.</i>	Energia solar, informação livre <i>O acesso livre é inevitável e desejável.</i>

Tabela 1: As características de recursos relacionados com a produção de energia, e as implicações para a sua alocação.

2-INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS PARA UM PLANETA PÓS-CARBONO

Se as mudanças climáticas globais não fossem um problema, então os combustíveis fósseis seriam fortes candidatos para a alocação de mercado já que a concorrência para seu uso é inevitável. A mudança climática global, no entanto, é uma questão crítica. A solução do problema das alterações climáticas exigirá uma cooperação global para limitar as emissões de gases de efeito estufa e para desenvolver e divulgar as tecnologias de energia verde de maneira rápida e eficiente. Se quisermos desenvolver uma economia pós-carbono sustentável, temos que desenvolver novas instituições econômicas para realizar essas tarefas, sendo que elas deverão ser adaptadas às características específicas dos recursos necessários.

2.1 - A produção eficiente de tecnologia verde

Como foi afirmado acima, os mecanismos de mercado enfrentam um paradoxo insolúvel na provisão de informação. O preço da informação que maximiza o seu valor é zero, mas a esse preço, o mercado não irá investir em tecnologias inovadoras. Patentes criam um incentivo para o mercado investir nessas tecnologias, mas a custo de racionar o acesso e reduzir o uso. Precisamos, portanto, de instituições econômicas não-mercantis baseadas nos investimentos cooperativos e em pesquisa e desenvolvimento, com todas as informações resultantes disponível de forma gratuita. Vamos rever rapidamente duas soluções possíveis: o fornecimento do setor público e produção de pares baseado nos comuns (commons-based peer production).

2.1.1- Fornecimento do setor público

Dadas as características da informação e da regulação do clima como bens públicos, o investimento do setor público em tecnologias de energia alternativa parece ser uma solução óbvia. Há uma longa tradição de governos financiando a pesquisa e desenvolvimento dos bens públicos. As universidades norte-americanas de Land Grant são apenas um exemplo de apoio público organizado para pesquisa e o desenvolvimento, com resultados divulgados livremente como bens públicos (Tansey 2002). As universidades brasileiras também investem em pesquisa e extensão (Schmitt F. et al, 2012). Investimento público em pesquisa e desenvolvimento frequentemente apresenta taxas excepcionais de retorno (Alston et al 2000;.

Banco Mundial 2007), especialmente se for considerado a mitigação da mudança climática. Apesar da crescente necessidade de P & D em tecnologias verdes, a parcela de financiamento público da pesquisa diminuiu drasticamente nas últimas décadas. Nos EUA, o financiamento federal da P & D caiu de mais de 60% dos investimentos totais durante a década de 1960 para menos de 30% nos últimos anos. O financiamento federal através das universidades continua a representar a maioria da pesquisa básica (National Science Foundation 2010). Entretanto, desde que o ato Bayh-Dole nos EUA facilitou a criação de patentes acima de investigações publicamente financiadas, o número de patentes obtido por universidades disparou (Sampat 2006).

Com ecossistemas globalmente interligados, as tecnologias de energia verde inevitavelmente fornecem bens públicos globais, beneficiando todos os países. Porém, todos os países devem investir cooperativamente na P & D verde. Investimentos compartilhados podem ser algo difícil de se atingir inicialmente, sendo fácil imaginar os políticos em um país se recusarem a investir em tecnologias verdes de acesso livre só porque permitiria aos outros países pegar carona (free-ride) em seus investimentos. No entanto, quanto mais amplamente se usa uma tecnologia verde, ela se torna melhor para todos. Quando outros países usam as tecnologias, elas são capazes de evoluir e melhorar, beneficiando o país que inicialmente investiu na sua produção. Embora não devemos estar preocupados com free-riding, é provável que a quantidade de recursos necessários para desenvolver novas tecnologias à escala necessária seja grande e que todos os países devem contribuir de acordo com sua capacidade de fazê-la (Tara, 2011).

2.1.2 - Commons-based peer production

Mesmo antes da existência dos setores públicos e das patentes, o conhecimento prosperou. Os avanços mais importantes no conhecimento humano, tais como cultura, linguagem e matemática, eram projetos de grande escala criados pela bem-sucedida colaboração de grupos de indivíduos sem incentivos monetários. Isto é conhecido como “commons-based peer production” (produção entre pares baseada no setor comum). Pela sua própria natureza, esse tipo de pesquisa está disponível gratuitamente para todos. “Commonsbased peer production” tende funcionar melhor quando o equipamento de pesquisa é muito barato (por exemplo, computadores), os problemas podem ser divididos em pequenos módulos de tamanhos diferentes, sendo que a integração dos módulos é relativamente fácil. A

natureza modular permite que os contribuintes determinem seu próprio nível de contribuição, e a auto-selecionam para as tarefas apropriadas (Benkler, 2002).

Muitas pessoas já contribuem livremente com enormes quantidades de tempo para resolver os problemas de forma colaborativa e gerar novas tecnologias, muitas vezes apenas em troca de mais status ou por um sentimento de pertencimento. O conhecimento resultante pode ser legalmente protegido de forma a garantir que continua a ser de acesso livre (Benkler, 2004). Dentro dessa comunidade de produção entre pares retornos monetários podem realmente ter conotações negativas, podendo, inclusive, diminuir potencialmente a cooperação (Benkler, 2002). Há bastante evidência demonstrando que os incentivos monetários podem tornar as pessoas mais egoístas (Vohs et al. De 2006, 2008), e podem 'expulsar' as motivações intrínsecas de cooperação que impulsionam a grande parte deste tipo de pesquisa (Frey, 1997; Frey e Jegen 2001). Assim, parece que a maioria dos contribuintes participa para fazer parte de uma economia de troca, para o status, ou para tornar o mundo um lugar melhor. No entanto, não importa se entendemos exatamente porque um indivíduo participa; diversos indivíduos participam por diversas razões (Boyle, 2003).

Ao longo da história, muitos dos avanços tecnológicos mais importantes, desde a agricultura até a música resultaram deste tipo de cooperação. A vantagem da commons-based peer production é que ela não necessita de quaisquer alterações dos direitos de propriedade intelectual. O problema é que as tecnologias de energia alternativas podem requerer investimentos substanciais e caros em ciência básica, investimentos adicionais para aplicar a pesquisa, além de uma curva de aprendizagem significativa para alcançar economias de escala. Só os governos podem ter tais recursos necessários, razão que explica porque os investimentos do setor público podem ser essenciais.

2.2 - Divulgação eficiente: o acesso livre e de código aberto

Uma vez que a informação é produzida, há diferentes maneiras para torná-la acessível a todos. As duas abordagens dominantes são conhecidas como código aberto (open source) e acesso livre.

O acesso livre refere-se à informação que está disponível gratuitamente para todos, mas que não pode ser modificada. Na esfera científica, a maioria das publicações de acesso livre e as pesquisas por detrás delas são geradas por acadêmicos assalariados. Além de escrever as publicações sem compensação direta e revisar as publicações dos pares, os acadêmicos frequentemente tem que cobrir os custos de publicação com suas próprias verbas.

Publicações em geral contribuem para promoções e salários mais elevados, mas incentivos não-monetários tais como status e prestígio podem ser mais importantes. Há também um forte elemento de reciprocidade, ou economia solidaria, porque os cientistas sabem que eles irão também se beneficiar das contribuições dos outros. Salários estáveis permitem que os pesquisadores se dediquem em tempo integral para um problema específico, ficando liberados para pesquisar soluções para problemas envolvendo bens públicos, onde não há oportunidades de remuneração do mercado. No entanto, muitos acadêmicos guardam zelosamente os dados relevantes à sua pesquisa, pelo menos até a sua publicação, o que reduz o valor dos dados para a sociedade. Além disso, ao mesmo tempo em que as publicações de acesso livre estão se tornando mais comum, as patentes também estarão.

Open source se refere à informação que está disponível gratuitamente para todos e pode ser modificada por qualquer pessoa. Informação de open source é geralmente produzida através da commons-based peer production. A open source pode ser utilizada do jeito que está ou modificada, desde que seja devidamente citada. Mais importante, ela é geralmente protegida por uma Licença Pública Geral (GPL) ou copyleft. Embora qualquer pessoa possa usar e alterar o trabalho, todo o trabalho subsequente é protegido pela mesma licença, sendo que nunca poderá ser patenteado ou colocado sob copyright convencional (Mustonen, 2003).

Uma alternativa promissora para a produção e difusão da informação é um híbrido de abordagens de open source e acesso livre. Um exemplo é a Iniciativa de Neuroimagem da Doença de Alzheimer (ADNI), no qual um grande consórcio de investigadores procurando biomarcadores para a doença de Alzheimer compartilha todos os seus dados e faz os resultados publicamente acessíveis imediatamente. Ninguém é dono dos dados e ninguém pode apresentar pedidos de patente. Os cientistas do projeto são pagos por suas pesquisas com salários e verbas, principalmente a partir das universidades ou do setor público, e também ganham status e outros benefícios não-monetários. Existem outras iniciativas de open source em ciências da saúde focados em doenças dos pobres que oferecem poucas oportunidades para o lucro em qualquer caso (Hale, Woo, & Lipton, 2005; Maurer, Rai, & Sali, 2004). A vantagem desta abordagem híbrida é que ela permite aos cientistas trabalhar em tempo integral nos problemas que servem ao bem público. É provável que essa abordagem seja a mais eficaz para o desenvolvimento de novas tecnologias verdes necessárias para um planeta pós-carbono.

2.3 - A necessidade de cooperação global

Nos ecossistemas tudo está ligado a todo o resto (Commoner, 1971; Farley, 2008). Isso significa que nenhuma nação pode desenvolver uma economia pós-carbono sozinha; tem que ser um esforço globalmente colaborativo. O objetivo central de uma economia pós-carbono é a sustentabilidade. No entanto, as pessoas e países que não conseguem satisfazer as necessidades básicas do dia-dia não podem fazer sacrifícios pensando nas gerações futuras. A miséria e a pobreza atuais podem ser um sério obstáculo para uma economia pós-carbono.

Para promover a redução da pobreza, a OCDE recomenda que nos concentremos na "introdução de tecnologias eficientes, que podem reduzir os custos e aumentar a produtividade, enquanto aliviar a pressão ambiental" (Tara, 2011, p. 11). Contudo, a Figura 1 mostra os países do mundo em proporção aos royalties e taxas de licença que recebem. Os países ricos estão grosseiramente inchado, enquanto as nações mais pobres essencialmente desaparecem. Ao invés de fornecer aos países pobres as tecnologias necessárias, os países da OCDE estão enriquecendo com o racionamento do acesso à tecnologia através do mecanismo de preços.

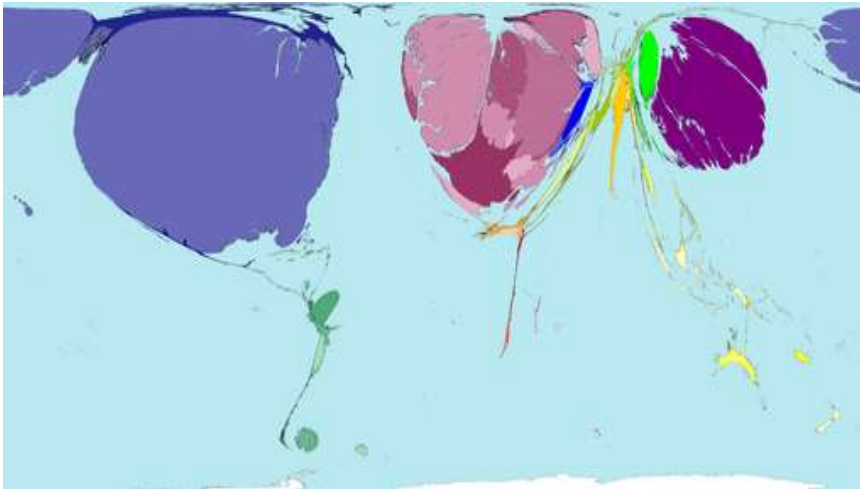


Figura 1. Países em proporção aos royalties e taxas de licença recebida. *Worldmapper: The World as You've Never Seen It before*. <<http://www.worldmapper.org/>>. © Copyright SASI Group (University of Sheffield)

Se racionarmos o acesso às tecnologias de energia verde com cobrança de royalties, os países pobres irão claramente continuar queimando o carvão. Enquanto algumas empresas podem lucrar cobrando mais caro por essas tecnologias críticas, o mundo como um todo provavelmente sofrerá mudança climática. Assim, a falta de uma abordagem cooperativa para a criação e distribuição de tecnologias de energia verde poderia revelar-se suicida.

2.4 - Financiando a energia verde e reduzindo as emissões

Novas tecnologias só são uma parte da solução para os problemas causados pela economia baseada nos combustíveis fósseis. Também temos que mudar radicalmente os nossos padrões de consumo, de produção e de infra-estrutura. O desenvolvimento de novas tecnologias energéticas irá requerer muito tempo e uma quantidade enorme de recursos. Temos que reduzir as emissões de carbono rapidamente enquanto procurarmos novas tecnologias, ou aceitar mudanças climáticas potencialmente catastróficas. A solução óbvia é desenvolver instituições globais que são capazes de racionar o acesso à capacidade de absorção de carbono. Todos os países devem receber uma proporção suficiente dessa capacidade para satisfazer as necessidades básicas e o restante deve ser leiloado pelo maior lance. Todas as receitas devem ser investidas na mitigação e adaptação à mudança climática, incluindo investimentos substanciais em energia alternativa de acesso livre. Esta abordagem de financiamento garantiria que aqueles que mais contribuem para o problema da mudança climática seriam também aqueles que mais contribuiriam para resolvê-la.

Não será possível limitar as emissões a um nível ecologicamente sustentável no curto prazo porque sem novas tecnologias energéticas e outras mudanças profundas na economia isso poderia levar ao colapso econômico. Em vez disso, seria preciso manter um balanço entre os limites ecológicos e econômicos: cotas precisariam ser suficientemente rígidas para gerar um preço muito alto, oferecendo incentivos significativos para utilizar menos combustíveis fósseis e recursos adequados para investir na tecnologia e infra-estrutura necessárias para uma economia pós-carbono. À medida que desenvolvemos novas tecnologias e infra-estrutura, podemos apertar as tampas ainda mais. Se não conseguirmos reduzir as emissões atmosféricas antes dos estoques de carbono excederem o limite ecológico que leva à mudança climática catastrófica, teremos que restringir as emissões para o nível abaixo da capacidade de absorção até que as reservas atmosféricas forem reduzidas a um nível aceitável.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios para o desenvolvimento de uma economia pós-carbono são formidáveis e este ensaio sequer tocou em todos os problemas envolvidos. O ponto-chave, porém, é que não podemos resolver os problemas usando as mesmas instituições que as causaram, ou seja, uma economia de mercado competitivo que é pouco adequada para o gerenciamento de recursos

não-excludente ou não-rival. O gerenciamento destes recursos exige mecanismos de cooperação. Entre as críticas óbvias das propostas desenvolvidas aqui, três se destacam. Primeiro, o ser humano é egoísta por natureza e incapaz de se submeter ao nível de cooperação exigida. Segundo, a economia é incapaz da evolução necessária. Terceiro, uma economia pós-carbono exige um nível inaceitável de sacrifício. Todas essas críticas merecem uma resposta.

Os economistas têm afirmado por muito tempo que os seres humanos são inerentemente auto-interessados, característica que apresenta sérios obstáculos para soluções cooperativas. No entanto, evidências estão surgindo das ciências naturais e sociais em que as pessoas são de fato altamente capazes de cooperação e altruísmo. Estudos mostram que a cooperação induz à liberação de neurotransmissores que induzem o prazer e que esses neurotransmissores, por sua vez, promovem o comportamento cooperativo (Kosfeld, Heinrichs, Zak, Fischbacher, & Fehr, 2005). Os evolucionistas estão descobrindo que muitas espécies, incluindo a humana, têm evoluído para ser altamente social e cooperativa em determinadas circunstâncias, e esta cooperação está no cerne do nosso sucesso como espécie (Wilson, 2007; Wilson & Wilson, 2007); biólogos matemáticos estão chegando as mesmas conclusões (Nowak & Highfield, 2011). É verdade que as pessoas têm tendências egoístas e altruístas, todavia numerosos estudos têm mostrado que podemos desenvolver instituições que levam os indivíduos egoístas a se comportar de forma cooperativa, e os indivíduos cooperativos a se comportar de maneira egoísta (Camerer, 2003; Henrich & Henrich, 2007; Ostrom, 1990). Diferentes tipos de comportamento e instituições econômicas são necessárias para resolver diferentes tipos de problemas. Já mercados que favorecem e promovem o comportamento egoísta e competitivo podem ser eficazes em alocar combustível fóssil ou os bens de mercado que produzem na ausência de externalidades. Uma economia pós-carbono, porém, exige instituições capazes de promover o comportamento altruísta e cooperativo.

A economia seria capaz de evoluir? O fato é que as instituições humanas, incluindo a economia, estão num processo contínuo de evolução: aquelas que não conseguirem se adaptar às mudanças ambientais serão extintas. Como afirma a OCDE: "a criação de uma arquitetura global que é favorável ao crescimento verde exigirá o reforço da cooperação internacional. Reforçar os mecanismos de gestão de bens públicos globais, especialmente a biodiversidade e o clima, é a chave para abordar a coordenação e os problemas de incentivo." (OECD, 2011)

Talvez o maior obstáculo para o desenvolvimento de uma economia pós-carbono é a crença de que consumir cada vez mais é o único ingrediente de uma boa vida e que reduzir o nosso uso da energia que impulsiona esse crescimento seria um sacrifício inaceitável. Algum

nível de consumo de material é, sem dúvida, essencial para uma vida boa, mas ultrapassar esses níveis proporcionaria pouco benefício. O consumo per capita nos Estados Unidos, por exemplo, dobrou desde 1969, com praticamente nenhuma evidência de que os americanos tornaram-se mais satisfeitos com a vida. Isto sugere que a os Estados Unidos poderiam dedicar a metade do seu PIB para o desenvolvimento de uma economia pós-carbono sem perda perceptível de bem-estar (Farley et al., 2010). De fato, a cooperação e altruísmo parecem aumentar a nossa sensação de bem-estar (Fehr, Schmidt, Kolm, & Jean Mercier, 2006; Gintis, Bowles, Boyd, & Fehr, 2005). Resumindo, a incapacidade de desenvolver uma economia pós-carbono tem alta probabilidade de provocar uma tragédia, enquanto o esforço de cooperação global necessária para criar tal economia poderia gerar níveis insuspeitos de satisfação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arrow, K. (1962). Economic welfare and the allocation of resources for invention. In R. Nelson (Ed.), *The Rate and Direction of Inventive Activity* (pp. 609-625). Princeton: Princeton University Press.

British Petroleum. (2012). Statistical Review of World Energy, Full Report 2012. from Online: <http://www.bp.com>
<http://www.bp.com/productlanding.do?categoryId=6929&contentId=7044622>

Camerer, C. (2003). *Behavioral Game Theory*. Princeton: Princeton University Press.

Campbell, C. J., & Laherrere, J. H. (1998). The end of cheap oil. *Scientific American*, 278(3), 78.

Commoner, B. (1971). *The Closing Circle: Nature, Man, and Technology*. New York: Knopf.

Cooper, J. M., Butler, G., & Leifert, C. (2011). Life cycle analysis of greenhouse gas emissions from organic and conventional food production systems, with and without bio-energy options. *NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences*, 58(3-4), 185-192. doi: 10.1016/j.njas.2011.05.002

Coy, P. (2010). The Other U.S. Energy Crisis: Lack of R&D: R&D neglect is holding back innovative energy technologies. *Bloomberg Business Week* (June 17, 2010).

Daly, H. (1991). *Steady State Economics: 2nd edition with new essays*. Washington, DC: Island Press.

Daly, H., & Farley, J. (2010). *Ecological Economics: Principles and Applications: 2nd edition* (1 ed.). Washington, DC: Island Press.

Ellerman, A. D., & Joskow, P. L. (2008). The European Union's Emissions Trading System in Perspective. Washington, DC: Pew Center on Global Climate Change.

- Farley, J. (2008). The Role of Prices in Conserving Critical Natural Capital. *Conservation Biology*, 22(6), 1399-1408.
- Farley, J. (2010). Ecological Economics. In R. H. a. D. Lerch (Ed.), *The Post Carbon Reader - Managing the 21st Century's Sustainability Crises*.
- Farley, J. (2012). The Economics of Sustainability. In U. Diwekar & H. Cabezas (Eds.), *Sustainability*: Bentham Open E-books.
- Farley, J., Aquino, A., Daniels, A., Moulart, A., Lee, D., & Krause, A. (2010). Global mechanisms for sustaining and enhancing PES schemes. *Ecological Economics*, 69(11), 2075-2084.
- Fehr, E., Schmidt, K. M., Kolm, S.-C., & Jean Mercier, Y. (2006). Chapter 8 The Economics of Fairness, Reciprocity and Altruism - Experimental Evidence and New Theories *Handbook on the Economics of Giving, Reciprocity and Altruism* (Vol. Volume 1, pp. 615-691): Elsevier.
- Foxon, T. J. (2003). Inducing innovation for a low-carbon future: drivers, barriers and policies Retrieved from <http://www.thecarbontrust.co.uk/Publications/publicationdetail.htm?productid=CT-2003-07>
- Georgescu-Roegen, N. (1971). *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gintis, H., Bowles, S., Boyd, R., & Fehr, E. (Eds.). (2005). *Moral Sentiments and Material Interests: The Foundations of Cooperation in Economic Life*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Hale, V. G., Woo, K., & Lipton, H. L. (2005). Oxymoron No More: The Potential Of Nonprofit Drug Companies To Deliver On The Promise Of Medicines For The Developing World. *Health Affairs*, 24(4), 1057-1063.
- Hall, C. A. S., & Day, J. W. (2009). Revisiting the limits to growth after peak oil. *American Scientist*(97), 230-237.
- Heinberg, R. (2003). *The Party's Over: Oil, War and the Fate of Industrial Societies*. Gabriola Island, British Columbia: New Society Publishers.
- Heller, M. (1998). The Tragedy of the Anticommons: Property in the Transition from Marx to Markets. *Harvard Law Review*, 111(3), 621-688.
- Heller, M., & Eisenberg, R. (1998). Can Patents Deter Innovation? The Anticommons in Biomedical Research. *Science*, 280, 698-701.
- Henrich, J., & Henrich, N. (2007). *Why Humans Cooperate: A Cultural and Evolutionary Explanation*. New York: Oxford University Press.
- IPCC. (2007). *Climate Change 2007: Synthesis Report. Summary for Policymakers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kolata, G. (2010, August 12, 2010). Sharing of Data Leads to Progress on Alzheimer's, *New York Times*.
- Kosfeld, M., Heinrichs, M., Zak, P. J., Fischbacher, U., & Fehr, E. (2005). Oxytocin increases trust in humans. *Nature*, 435(7042), 673-676.

- Maurer, S. M., Rai, A., & Sali, A. (2004). Finding Cures for Tropical Diseases: Is Open Source an Answer? *PLoS Med*, 1(3), e56.
- Mustonen, M. (2003). Copyleft: the economics of Linux and other open source software. *Information Economics and Policy*, 15(1), 99-121.
- Nowak, M., & Highfield, R. (2011). *SuperCooperators: Altruism, Evolution, and Why We Need Each Other to Succeed*. New York: Free Press (Simon Schuster).
- OECD. (2011). *Towards Green Growth*. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264111318-en>: OECD Publishing.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RGGI Inc. (2011). Investment of Proceeds from RGGI CO2 Allowances: Regional Greenhouse Gas Initiative. Online: http://www.rggi.org/docs/Investment_of_RGGI_Allowance_Proceeds.pdf.
- Savinar, M. (2008). How much human energy is contained in one barrel of oil? Retrieved September 8, 2008, from http://www.liferaftertheoilcrash.net/Research.html - anchor_71
- Tara, G. (2011). Where are the best opportunities for reducing greenhouse gas emissions in the food system (including the food chain)? *Food Policy*, 36, Supplement 1(0), S23-S32. doi: 10.1016/j.foodpol.2010.10.010
- Wilson, D. S. (2007). *Evolution for everyone : how Darwin's theory can change the way we think about our lives*. New York: Delacorte Press.
- Wilson, D. S., & Wilson, E. O. (2007). Rethinking the Theoretical Foundations of Sociobiology. *The Quarterly Review of Biology*, 82(4), 327-348. doi: [doi:10.1086/522809](https://doi.org/10.1086/522809).

BLUMENAU E O DESASTRE SÓCIO-AMBIENTAL DE 2008: UMA CIDADE REFÉM DA “RECONSTRUÇÃO”³⁵

Ivo Marcos Theis³⁶

INTRODUÇÃO

Na terça-feira, 18 de novembro de 2008, as últimas famílias, de quase 50, deixaram o Morro Coripós, no Bairro Escola Agrícola. As primeiras começaram a ser retiradas desde o início do mês, quando foram descobertas rachaduras na Rua Germano Grosch. Na semana anterior, no dia 12 de novembro, já haviam sido retiradas cerca de 30 famílias de outra localidade, na Rua Pedro Krauss Sênior, Bairro Vorstadt. No mesmo dia 12 de novembro, um trajeto de mais de 40 metros da Rua Doutor Pedro Zimmermann, onde se construía um imponente viaduto, caíra no ribeirão Itoupava. Na quarta-feira, 19 de novembro, deslizamentos provocados pela chuva contínua acabariam interditando a Rua Germano Grosch. Felizmente, não havia mais ninguém nas casas do Morro Coripós. Nos primeiros 21 dias de novembro a chuva havia acumulado 341,5 milímetros. Registros dos anos recentes mostram que, quando chove muito, o acúmulo de precipitação num mês de novembro pode chegar a 150 milímetros. Um novembro mais chuvoso foi o de 2006, quando a chuva acumulou 167,5 milímetros. Então, na tarde do sábado, 22 de novembro, caiu um aguaceiro incomum, provocando o deslizamento de terras na lateral de importante Shopping Center e assustando, prá valer, a classe média local. Era a véspera da maior das calamidades pelas quais a cidade já passara – de fato, um *desastre sócio-ambiental*.

O objetivo que se tem com esta curta intervenção é duplo. De um lado, lançar alguma luz sobre o *desastre sócio-ambiental*, ocorrido em novembro de 2008, que acometeu a população de Blumenau – e de outros municípios de seu entorno (com destaque para Ilhota e Itajaí). De outro, à luz de suas implicações sociais e ambientais, trazer à superfície o conflito entre dois projetos de cidade, um da elite que defende a *reconstrução* de Blumenau, e outro dos movimentos sociais que quer uma *reinvenção* de Blumenau.

³⁵ Uma versão inicial deste texto foi escrita entre fins de novembro e início de dezembro de 2008, portanto, poucas horas/dias após o *desastre sócio-ambiental*. Agradeço pela leitura atenta e pelos comentários mais que pertinentes de I. K. Rischbieter e L. Butzke, que, no entanto, devem ser eximidas dos erros remanescentes.

³⁶ Economista, doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha), professor e pesquisador da Universidade Regional de Blumenau, e bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq [Email: ivo.theis@pq.cnpq.br].

Para lograr o intento acima explicitado, dividiu-se o texto em oito breves seções. Depois desta introdução segue uma seção em que se procura reconstruir o imaginário de Blumenau projetado por suas elites (o de uma cidade de gente que trabalha e é alegre); depois, uma em que se antecipa a dimensão do desastre sócio-ambiental de 2008; em seguida, uma seção em que são recuperadas as principais calamidades que até então haviam acometido Blumenau e região; depois, uma em que se passa em revista as principais versões sobre o desastre sócio-ambiental de novembro de 2008; em seguida, uma seção um pouco mais longa em que se apresentam os “atores” e se discutem seus discursos e interesses; a penúltima seção trata do “pós-desastre” e das reações e providências dos “atores”, sobretudo, dos governantes; a última, finalmente, consiste numa rápida conclusão em que se enfatiza o conflito entre o projeto da *reconstrução* e o projeto da *reinvenção*.

1 - BLUMENAU: *TERRA DE TRABALHO, TERRA DE ALEGRIA*

Essa intervenção que tem por objeto o desastre sócio-ambiental de novembro de 2008 diz respeito a Blumenau, o município que polariza a região do Vale do Itajaí, terra de colonização germânica, em Santa Catarina. É o terceiro município mais rico do Estado, um dos mais ricos do Sul do Brasil. Berço da industrialização catarinense – a primeira indústria têxtil surgiu em 1880 –, Blumenau projeta uma imagem para o resto do país de lugar de *gente trabalhadora*. A vocação para o trabalho – celebra-se – está no sangue. E a recompensa é uma suposta qualidade média de vida superior à brasileira. Essa imagem de uma Blumenau vocacionada para o trabalho passou a competir, desde meados dos anos 1980, com a de lugar de *gente alegre*. Paradoxalmente, depois de passar por duas grandes enchentes, em 1983 e 1984 (ver adiante), a então autoridade pública local instituiu uma *festa de outubro*. Com a sua massiva divulgação através de cartazes exibindo jovens louros com vestimenta bávara³⁷, a *festa de outubro* atrai grande público, já tendo rivalizado com a Festa do Peão de Boiadeiro, de Barretos, no centro-sul do país.

³⁷ Apenas para lembrar: o fundador da cidade, Hermann Otto Bruno Blumenau, veio de Braunschweig, relativamente distante (geográfica e culturalmente) de Munique, no Estado da Baviera.



Imagem 1: Oktoberfest em Blumenau (2008)
Fonte: jornal de Santa Catarina

O que é certo: Blumenau é um município que, com seu entorno, ostenta uma qualidade média de vida razoavelmente boa. Mas, é tanto *terra de trabalho* quanto também o é qualquer outro espaço em que indivíduos vendem sua força de trabalho para obterem os meios para a sua subsistência. Mesmo se fosse *terra de trabalho*, durante a crise dos anos 1990, os empresários locais demitiram, terceirizaram e precarizaram segundo os ditames do velho capitalismo selvagem, transformando Blumenau em *terra de desemprego*. E que não é *terra de gente alegre*, isso é reiteradamente lembrado por cada cheia do furioso Rio Itajaí e seus afluentes: aqueles atingidos pelas águas, geralmente, entre lágrimas de perdas humanas e materiais, vão tendo que *tocar a vida*. Ainda bem que as enchentes são episódicas e há intervalos entre elas. Contudo, os mais atingidos são os que, como em qualquer lugar, têm pouco tempo para alegria, porque necessitam trabalhar duro para garantir sua sobrevivência.

2 - NÃO CALAMIDADE, MAS DESASTRE SÓCIO-AMBIENTAL

O domingo, 23 de novembro, amanhecia em Blumenau, literalmente, em estado de *calamidade*. Só que não se tratava de uma cheia como as anteriores. As chuvas de sábado e das primeiras horas de domingo já haviam provocado sustos. No entanto, as autoridades estavam confusas. Era uma *calamidade*, mas, de outro tipo? Que *calamidade* era essa?

Com as cheias da primeira metade dos anos 1980, instituiu-se, a muito custo, um “sistema de alerta” baseado na obtenção de informações sobre chuvas na bacia hidrográfica do Rio Itajaí. Identificando-se as nascentes dos ribeirões que afluem para os rios da bacia,

tornou-se possível acompanhar a subida das águas em decorrência de chuvas e antecipar os níveis do Rio Itajaí nos municípios pelos quais ele passa. Assim, por exemplo, passou a ser possível fazer a previsão do nível do Rio Itajaí em Blumenau a partir da observação das chuvas e dos seus níveis nos municípios localizados à montante. Todavia, o “sistema de alerta” não funcionou desta feita pela singela razão de que as chuvas à montante eram insignificantes. A chuva desabava exclusivamente sobre Blumenau e municípios à jusante, como Gaspar, Brusque e Ilhota. Itajaí, o município em que se localiza a foz do Rio Itajaí, amanheceria na segunda-feira, 24 de novembro de 2008, com 85% de seu território coberto pelas águas.

Em síntese: havia um novo fenômeno para ser reconhecido e entendido. Não as águas que caíram no território da bacia do Rio Itajaí, como anteriormente, provocaram a calamidade. A precipitação se concentrou em Blumenau e arredores, sobretudo, em municípios que estão mais próximos da foz. Não obstante, os estragos materiais e, sobretudo, as perdas de vidas humanas foram muito superiores aos que resultaram dos eventos de 1983 e 1984 – para ficar naqueles tomados por estudiosos e autoridades como referências no último quarto de século.

3 - CALAMIDADES ANTERIORES

Os nativos que ocupavam espaço compreendido por Blumenau (e região) antes da chegada dos europeus, em meados do século XIX, conviviam com as cheias sem dificuldades. Aliás, consideravam-nas eventos da natureza que deveriam ser respeitados. Quanto a *prejuízos*, parece redundante lembrar que essa noção não fazia nenhum sentido para os nativos, mas muito para os imigrantes que, com seus valores, foram se impondo no nordeste catarinense.

Assim, prejuízos e mortes em decorrência de enchentes foram contabilizados apenas após a chegada dos imigrantes alemães.



Figura 2: Blumenau no início do século XX
Fonte: Acervo histórico do município de Blumenau.

Entre 1850 e 2005, o Rio Itajaí ultrapassou os 10 metros acima de seu *nível normal* mais de 45 vezes. Grandes cheias, com níveis acima de 13 metros além do *normal*, em Blumenau e região, verificaram-se ao longo do século XX em 1911, 1957, 1983 e 1984. As enchentes de 1983 e 1984 acabaram se tornando marcos, tanto por terem desencadeado estudos sobre suas causas quanto por terem suscitado medidas de prevenção. Não obstante, a rigor, nunca foram adotadas políticas que tomassem suas implicações ambientais e seus impactos sociais na devida conta.

A enchente de 1983 foi uma das mais emblemáticas para quem vivia na região. A novidade, então, fora que as águas subiram acima do nível de 10 metros em quatro ocasiões: março, maio, julho e setembro. Em março, o pico foi de 10,6 metros no dia 4; em maio, as águas subiram 12,52 metros acima do *nível normal* no dia 20. Julho foi o mês em que a situação se agravou pra valer: no dia 9, as águas chegaram a 15,34 metros acima do *nível normal*. O último susto naquele ano foi no final do mês de setembro: no dia 24 as águas subiriam a 11,75 metros acima do *nível normal*. Dados oficiais revelam que a calamidade de 1983 produziu 49 vítimas fatais.

A principal peculiaridade da enchente de 1984 é que ela chegou de supetão, de uma hora para outra. E isso foi em agosto: no dia 7, as águas subiram 15,46 metros acima do *nível normal* do Rio Itajaí – acima, portanto, do pico da enchente de 1983. A outra peculiaridade daquela enchente é que ela ocorreu num intervalo muito curto após a anterior. A última cheia acima de 13 metros antes de 1983, como já se viu, teve lugar no longínquo ano de 1957. O

que não mudou – e nem deve surpreender por isso – é que a enchente de 1984, tanto quanto a de 1983, também provocou danos materiais e custou vidas humanas.

4 - VERSÕES DO DESASTRE SÓCIO-AMBIENTAL

Ao longo do mês de novembro de 2008 houve um acúmulo de precipitação de 1001,7 milímetros em Blumenau, algo aparentemente incomparável com qualquer evento similar no Brasil em qualquer época desde que os portugueses aqui colocaram seus pés. O que caiu de água no sábado, 22 de novembro, já era digno de figurar no famoso livro dos records: 243,5 milímetros. E no domingo, 23 de novembro, uma nova superação: 250,9 milímetros. Em consequência, as terras amolecidas pelos meses de chuva ininterrupta começaram a deslizar. De repente, os morros de Blumenau se tornaram “lugares mais perigosos” que os do Rio de Janeiro. O referido deslizamento ao lado de conhecido Shopping Center, na tarde do sábado, foi um prenúncio: nas horas seguintes, porções menores ou maiores de terra *escorregariam* de alto a baixo. A espetacular queda de uma casa de classe média alta (sobre outras duas não menos classe média), no início da tarde do domingo, 23 de novembro, que percorreu o mundo em filme feito de uma “digital”³⁸, indicava que, aos poucos, a calamidade alcançava estratos da população de níveis socioeconômicos mais elevados. Só que a verdadeira tragédia seria, como sempre, implacável com a população mais pobre. Ainda no domingo, parte do Morro Ristow, num bairro periférico de Blumenau, desabou, soterrando de uma só vez 14 casas e muita gente simples dentro delas.

Uma localidade que contabilizou inúmeras vítimas foi a do Morro do Baú, no município de Ilhota. Entre os casos mais graves, este é, de fato, exemplar. Ironicamente, o tal Morro do Baú – em cuja área de abrangência se localizam os bairros Braço do Baú e Alto Baú, cenários da catástrofe – é, desde os anos 1960, uma área de preservação. Há exatos 45 anos, o Padre Raulino Reitz adquiriu 750 hectares daquele pedaço do mundo para lá implantar o Parque Botânico do Morro do Baú. Ao longo dos últimos anos, o parque foi sendo descaracterizado, constituindo-se nos seus arredores uma floresta, mas de *pinus eliotis* e *eucalyptus*. Com toda a chuva daquelas fatídicas 48 horas do final de novembro, casas e moradores do Braço do Baú e do Alto Baú foram soterrados pela terra que, implacável, levava consigo (e cobria) o que encontrava pela frente. Se pouco antes da calamidade havia *risco de vida* no Morro do Baú, não muito tempo depois restaria apenas desolação.

³⁸ Ver, a propósito, <http://www.youtube.com/watch?v=R3pBMKYwapE>.

São diversas as versões que explicam o que ocorreu nos últimos dias de novembro de 2008 em Blumenau e demais municípios localizados à jusante. Há uma versão difundida a partir da Defesa Civil (de municípios como Blumenau, do próprio Estado de Santa Catarina), bastante repetida pelos administradores públicos: a calamidade teve origem na chuva dos quatro meses, isto é, na água que caía desde agosto/setembro. Com o solo encharcado, uma chuvinha mais forte levaria ao desastre. Há uma versão de pesquisadores e estudiosos das áreas das exatas e naturais e das engenharias (hidrólogos, geólogos etc.), segundo a qual, a chuva desde agosto/setembro, combinada com o aguaceiro do sábado, 22 de novembro, e domingo, 23 de novembro, teriam provocado a calamidade. Também circulou uma versão atribuindo parte da tragédia (sobretudo, em Ilhota) a duas explosões, em momentos distintos (mas, no mesmo final de semana), do gasoduto que corta a região. O que se disse a respeito é que as explosões teriam provocado um movimento de terra e levado ao desastre do Morro do Baú. Uma versão ambientalista, menos difundida, apontou para a transgressão das leis da Mãe Natureza e atribuiu o ocorrido à desconsideração das vulnerabilidades do ecossistema. A calamidade de novembro teria sido, fundamentalmente, uma *catástrofe natural*. O governador Luiz Henrique da Silveira, sem a mesma ciência das versões acima, produziu a sua própria: “o chão está derretendo como sorvete”. Ele perderia parte dos eleitores, mas não a piada.

Provisoriamente, pode-se afirmar: a) sem a chuvarada de sábado 22 e domingo 23, os deslizamentos não teriam sido precipitados; b) sem as chuvas de agosto/setembro a novembro, o solo não teria sido encharcado e, portanto, não teria dado chance para o azar; c) a tese da catástrofe natural subdimensiona as múltiplas interações entre a sociedade humano e o meio físico; d) as teses da explosão do gasoduto e do sorvete nada acrescentam ao que já se sabia.

E o que é que já se sabia? Basicamente, duas coisas: primeiro, que o entendimento de um desastre sócio-ambiental como o de Santa Catarina não pode ser logrado a partir de um enfoque mono-disciplinar³⁹. Segundo, que vivemos numa sociedade que padece de inequívoco déficit democrático: no caso em questão, os interesses econômicos, expressos por frações da burguesia local e regional (empresários industriais, especuladores imobiliários etc.), assim como os interesses político-partidários, expressos pelas elites governantes em nível local e estadual, vêm sendo irresponsavelmente sobrepostos ao interesse público, também em matéria de desastres naturais, em Blumenau como em Santa Catarina.

³⁹ “Explicar por que pessoas moram ou instalam atividades produtivas em áreas que deveriam estar sem uso não é possível por meio das ciências da natureza. É preciso combinar aspectos sociais, históricos, culturais, geográficos, políticos, emocionais e econômicos para entender o povoamento de uma determinada localidade que gera risco”. Cf. Wagner Costa Ribeiro. “Tragédias de verão”. **Caderno Mais FSP**, 30/11/2008, p. 3.

5 - OS ATORES, OS DISCURSOS, OS INTERESSES

É impossível, em poucas linhas, caracterizar essa miríade, demasiadamente extensa, de órgãos públicos e entidades representativas, de interesses muito diversos, que se envolveram na etapa pós-desastre.

Dentre os órgãos públicos, encontram-se na linha de frente as prefeituras dos municípios atingidos. Também há o governo do Estado. E também o governo federal. E também há câmaras de vereadores, a Assembléia Legislativa e os representantes catarinenses no parlamento nacional. Do outro lado do balcão, há que se considerar o empresariado, os meios de comunicação, a universidade – e o *povo*.

Dentre as administrações locais, destaca-se, pela relevância econômica do município, a Prefeitura Municipal de Blumenau. Seu titular era ligado ao DEM e hoje, ao PSD. Foi reeleito no pleito de outubro de 2008, às vésperas do desastre, com o apoio do PSDB e do PMDB. A Câmara de Vereadores de Blumenau tem votado em conformidade com o executivo local desde 2004. E executivo e legislativo locais têm feito a vontade das elites da cidade⁴⁰. Evidências? Em junho de 2008, a três meses das eleições, foi lançado um projeto que desenhava um futuro espetacular – para o empresariado e, sobretudo, para a especulação imobiliária do município⁴¹. Na calamidade de novembro, não fosse pela atuação (também criticada) da Defesa Civil local, poder-se-ia dizer que faltou autoridade civil. De fato, a população passou a sentir-se mais segura com a presença de soldados do 23º Batalhão de Infantaria na rua do que com as providências emanadas do paço. A considerar as declarações na fase pós-desastre, a população pode continuar insegura. Referindo-se ao projeto “Blumenau 2050”, o prefeito e seus interlocutores afirmaram que *não* haveria mudança de rumo: *a cidade seria reconstruída*.

⁴⁰ Por exemplo, para Dom Angélico Sândalo Bernardino, ex-Bispo da Diocese de Blumenau, a calamidade de novembro é produto da “conivência do poder público com especuladores imobiliários”. Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u474524.shtml>.

⁴¹ Ver, a propósito, PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Blumenau 2050**: o futuro já começou. Blumenau: PMB/PDUB, 2008; ver, também, <http://www.blumenau.sc.gov.br/bnu2050>.



Figura 3: "Tríplice aliança" na Oktoberfest de Blumenau, em 2008.
Fonte: Jornal de Santa Catarina

A administração estadual vinha tendo atuação criticada ao longo dos últimos anos que precederam o desastre. O governador Luiz Henrique da Silveira (na época, em segundo mandato), embora blindado na Assembléia Legislativa, onde a mesma base PMDB-PSDB-DEM/PSD lhe assegurava folgada maioria, vinha sendo alvo de graves denúncias⁴². Também aqui executivo e legislativo atuavam em fina sintonia com os interesses da burguesia estadual. Importante episódio de subserviência desses poderes às elites econômicas do Estado refere-se ao Código Ambiental de Santa Catarina. O documento foi elaborado com o propósito de legitimar os interesses dos poderosos do campo e da cidade⁴³. A pressão da sociedade civil na fase pós-desastre adiou sua votação, mas não impediu sua aprovação. O governador teve atuação, em relação ao desastre sócio-ambiental de novembro, coerente com as demais medidas que marcam seu mandato. Ele passou pelas cidades atingidas e prometeu buscar recursos, onde recursos houvesse, para a recuperação dos municípios que sofreram maiores perdas humanas e materiais. Até o final de janeiro de 2009, todavia, esforçara-se mesmo para instituir uma “taxa para a reconstrução do Estado”, cobrada do contribuinte via fatura mensal de energia elétrica. De fato, quem, em nome do governo do Estado, acabou botando a mão na massa, nas localidades mais afetadas, foram os funcionários públicos, desde professores até policiais militares, secularmente punidos com baixos vencimentos.

⁴² Como as reunidas no proibido livro “A descentralização no banco dos réus”, da lavra do jornalista Nei Silva.

⁴³ Ver, a propósito, <http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2307981.xml&template=4187.dwt&edition=11183§ion=882>.

O governo federal poderia ter tido influência decisiva nos acontecimentos pós-calamidade em Blumenau e região. Cumpre lembrar que parlamentares federais de Santa Catarina, ligados ao PT, fizeram a conexão com Brasília. Depois da passagem de vários ministros nos dias anteriores, já na tarde da quarta-feira 26 de novembro, o então presidente Lula sobrevoou três dos municípios atingidos pelo desastre, assustando-se com o que viu e liberando R\$ 1,6 bilhão para socorrer vítimas e recuperar perdas de infraestrutura. Lula voltaria a Santa Catarina no dia 12 de dezembro de 2008 para mostrar que o governo federal se faria presente. A dúvida era apenas se sua influência estaria a serviço dos que realmente perderam com o desastre...

Quanto ao empresariado de Blumenau, este tem atuado ao longo da história como atua o capital privado em geral. Por exemplo: após a primeira grande greve dos trabalhadores têxteis, em 1989, os empresários têxteis demitiram sem dó nem piedade. Também em meados dos anos 1990, com a queda nas vendas (decorrente da farra cambial promovida pelo Plano Real), os mesmos empresários demitiram como nunca – melhor: como sempre. Esses empresários acenaram, na etapa pós-desastre, com a promessa de estabilidade no emprego para os seus “colaboradores” (por 90 dias, diga-se), embora – argumentaram – tivessem sido afetados pela *calamidade*. Na verdade, o governo federal dispôs-se a liberar recursos para as empresas locais, mas, exigindo em troca que não houvesse demissões. Talvez devesse ser considerado que os impactos da *calamidade* sobre as empresas foram menores do que o alardeado. Do ponto de vista dos imóveis e equipamentos, as grandes e médias empresas já haviam promovido a reestruturação. Com a terceirização que fizeram entre o fim dos anos 1990 e o início dos 2000, passaram a necessitar de bem menos espaço físico do que precisavam 15 anos antes. Do ponto de vista do mercado, as grandes e médias empresas vendem pouquíssimo do que produzem na região e em Santa Catarina. De maneira que seus mercados foram menos afetados pela calamidade que pela “crise global”. Deveriam interessar-se mesmo pela recuperação do Porto de Itajaí e das rodovias federais danificadas, que escoam sua produção. Certo: se, além de tudo, ainda vier uma grana, ninguém é trouxa de devolvê-la.

Uma fração, especialmente, *esperta* da burguesia local é a que está atrelada à especulação imobiliária em Blumenau. A *coisa* começa com a aquisição de terras na periferia de Blumenau por *empreendedores imobiliários*, que, com o auxílio da Prefeitura, urbanizam a área e fazem lucrativos loteamentos. Sim, isso se dá em cada canto de Pindorama. Mas, em Blumenau, vítima contumaz de grandes cheias, haveria bons motivos para *ordenar* a especulação, para mantê-la em limites seguros para a vida humana. A *coisa* continua nas áreas

centrais, mais nobres, próximas de comércio, bancos e serviços, onde vêm sendo erguidos não menos desordenadamente edifícios e mais edifícios. A segunda página do referido projeto “Blumenau 2050” contrasta três imagens da área mais central da cidade: a do passado é ralinha, pouco habitada e, convenientemente, em preto e branco; a segunda, colorida, é a do presente, com urbanização avançada e as águas do rio barrentas; e a terceira é a do futuro, sem sinal de pobreza e com edifícios imponentes se erguendo às margens de um Rio Itajaí cristalina e azul. O desastre botou uma azeitona estragada na empada da especulação imobiliária e do projeto político das elites locais. Entretanto, a considerar a voz da autoridade constituída (e reeleita), o projeto “Blumenau 2050” *é o nosso norte*.

Quanto aos meios de comunicação, historicamente, eles atuaram em consonância com os interesses das elites locais. Rádios e jornais tiveram importância na preservação da ordem estabelecida. Blumenau – convém lembrar – teve o primeiro canal de televisão funcionando em Santa Catarina. Quando ocorrem enchentes, rádios AM passam a ser importantes fontes de informações para a população. Por ocasião do desastre sócio-ambiental de novembro de 2008, uma nova e interessante experiência teve lugar: a “rede da solidariedade”. Logo nas primeiras horas, três canais de TV de Blumenau (TV FURB, TV Legislativa e TV Galega) e uma estação de rádio (FURB FM) se uniram em cadeia e passaram a atuar coordenadamente na busca e difusão de notícias, divulgação de dados e realização de entrevistas com detentores de informações. Além da “rede da solidariedade”, uma infinidade de bloggers e meios virtuais de comunicação teve considerável importância na transmissão de notícias e mobilização de recursos. Para fora, a comunicação funcionou a partir da destacada presença das grandes redes. Praticamente, todas as que disputam seu quinhão na preferência nacional morderam no bolo da *calamidade* de Santa Catarina. A Rede Globo premiou o Brasil com o deslocamento de Willian Bonner a Blumenau, de onde falaria, *ao vivo*, na quinta-feira 27 de novembro⁴⁴. Na manhã do dia seguinte seria a parceira do Louro José a tirar sua casquinha do desastre, transmitindo o “mais você”⁴⁵, diretamente, da terra da *feira de outubro*. Não é preciso ser exigente para inferir que essas e outras *coberturas* foram fantásticos shows de desinformação. Fizeram-se as perguntas erradas, para as personagens erradas, com alguma imagem comovedora ao fundo. No entanto, foram *coberturas* na medida para provocar comoção: a *calamidade*, amplificada, convertida em tragédia, rendeu boas audiências, valeu o investimento dos anunciantes e deu novas provas de que a notícia é mercadoria.

⁴⁴ Ver, a propósito, http://www.viuvideos.com/video/_kDZRvXS4vc/enchente-em-santa-catarina-willian-bonner-ao-vivo-jornal-nacional-271108-part-1.

⁴⁵ Ver, a propósito, <http://maisvoce.globo.com/MaisVoce/0,,MUL882116-10345,00.html>.

A Universidade Regional de Blumenau (FURB), uma instituição pública que vem lutando para ser federalizada, tem razoável inserção na comunidade regional – incluindo relações tanto com os empresários quanto com os movimentos sociais. Desde meados dos anos 1980, havia um corpo interdisciplinar de especialistas dedicado ao estudo da problemática das cheias na região. O grupo de pesquisadores, reunido em torno do Instituto de Pesquisas Ambientais [IPA], tinha origem em todos os campos do conhecimento e vinha atuando na prevenção de danos sociais e materiais desde a enchente de 1984. O IPA acabou sendo desarticulado na segunda metade dos anos 2000, dele sobrevivendo apenas o Centro de Operações do Sistema de Alerta [CEOPS]⁴⁶. Apesar das peculiaridades do desastre de novembro de 2008, os especialistas do CEOPS/FURB tiveram contribuição importante na divulgação de informações para os meios de comunicação e a população da região, assim como na atuação conjunta com a Defesa Civil local. Mais: setores da FURB envolveram-se tanto na situação de maior emergência, visando mitigar o sofrimento dos atingidos, quanto na busca de respostas de médio e longo alcance. Contudo, também há setores que aplaudem a *reconstrução* e vão continuar atuando em defesa dos interesses do capital e das elites locais.

E quem é o *povo* em Blumenau? Sem aplicar o rigor de qualquer cartilha nem proceder a uma nova consulta ao clássico de Darcy Ribeiro⁴⁷, o *povo*, aqui, é quem não se enquadra na tipologia dos grupos sociais acima. Característica central: realisticamente, é quem não controla o seu destino, sujeito a decisões de outrem e se encontra aprisionado em situações adversas. No caso de Blumenau (e, talvez, da região de entorno), uma resposta mais cuidadosa exigiria olhar para os habitantes e o espaço que estes ocupam na cidade. A população de Blumenau ultrapassa, hoje, os 300 mil habitantes. Todavia, em 1980, pouco antes das duas grandes enchentes daquela década, ela se limitava a 157 mil habitantes. O *povo*, então, habitava as partes baixas da cidade, aquelas inundáveis. Após as enchentes de 1983 e 1984, esse *povo* subiu os morros da cidade. Esse *povo* que há duas décadas fugiu das partes inundáveis é que foi – novamente! – vítima em novembro de 2008. Como em qualquer lugar, apesar de sofrer os impactos das decisões tomadas pelos gestores públicos (a elite política), que responde aos poderosos (a elite econômica) e escuta os sabidos (a elite intelectual), ele não está representado em nenhum *plano de reconstrução*. Em Blumenau, o *povo* tem alguma expressão política apenas em um *fórum de trabalhadores* e um *fórum de movimentos sociais*. O problema é que os fóruns mesmos são pouco articulados entre si e não

⁴⁶ Ver, a propósito, <http://ceops.furb.br>.

⁴⁷ Ver, a propósito, RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

têm maior expressão junto a outros sujeitos e instituições – a não ser quando algum sindicato puxa uma greve. Não obstante, é neste âmbito que se fica conhecendo a desgraça por dentro, o sofrimento na carne, a tragédia como ela foi.



Figura 4: Trabalhadores têxteis de Blumenau em greve.

Fonte: Ivo M. Theis

6 - E DE NOVEMBRO DE 2008 EM DIANTE?

A etapa *pós-desastre* pareceu para o *povo*, por um tempo considerável, de *ainda-desastre*. E, talvez, ela tenha se prolongado e demorado a passar, especialmente, para essa parte da população que perdeu parentes, amigos, móveis, casas, referências. Por isso, não apenas é difícil precisar causas do que se passou no último terço de novembro de 2008 em Blumenau e região, mas também compor um quadro mais fidedigno da situação posterior.

Por uma seqüência confortável de dias, a chuva daria uma trégua. Aproveitou-se esse tempo para verificar o que restara. A paisagem em Blumenau (e arredores) continuava das mais tristes, embora na parte central da cidade se tivesse investido numa recuperação mais acelerada. Nas periferias, contudo, o quadro permaneceria dramático por semanas.

Oficialmente, a calamidade custou a vida de mais de 135 pessoas, de 15 municípios catarinenses, 98% das quais vítimas de deslizamentos. Mais da metade dessas vítimas era, primeiro, do município de Ilhota e, depois, de Blumenau. Milhares de casas, mais em Blumenau que nos demais municípios, foram destruídos pelas águas ou por deslizamentos, ou

se tornaram inabitáveis por se localizarem em áreas de risco. Houve, em decorrência, milhares de desabrigados. Em Santa Catarina, chegaram a ser mais de 35 mil pessoas desabrigadas/desalojadas. O maior número estava no município de Blumenau, onde os desabrigados se distribuíram por mais de 50 abrigos (em escolas, igrejas, associações de moradores, universidade etc.). Apesar da chegada diária de inúmeros caminhões com donativos (roupas, colchões, alimentos, água etc.) – apenas no dia 8 de dezembro de 2008 chegaram 27 caminhões! –, nem todos os abrigos foram atendidos a contento.

No entanto, não foram apenas donativos, bens palpáveis, que chegaram a Blumenau e região. Foram abertas dezenas de contas bancárias, de entidades públicas e organizações privadas, nas quais foram feitos depósitos por pessoas físicas e jurídicas. É uma grana considerável que, somada aos recursos que os governos destinariam para a *reconstrução*, deveria dar para resolver com folga a situação dos verdadeiramente necessitados. Deveria... A rigor, não houve uma prestação de contas dos recursos depositados nessas contas até hoje (dezembro de 2012).

No capítulo dos recursos oriundos da União, é bom lembrar que o governo federal previa liberar *dinheiro novo* para os empresários locais, mesmo que não tivessem sido tão afetados pela calamidade. Por exemplo, o empresariado do município, embora abertamente hostil ao governo Lula, procurou Guido Mantega já no início de dezembro para *solicitar*, num único pacote: a postergação do pagamento de impostos, a liberação de linhas de crédito para *recuperar* suas empresas e grana para financiar a construção de três mil casas. Aqui vem, então, a pergunta: também haverá *dinheiro novo* à disposição de quem, comprovadamente, teve perdas? Em casos como os dos municípios atingidos, o Ministério da Integração Nacional reconheceu a situação de emergência e autorizou o saque do FGTS pelos atingidos. Os empresários e as autoridades locais festejaram a liberação dos recursos do FGTS para os trabalhadores. Mas, esse não era um dinheiro do trabalhador? Consta que uma vez sacado não se poderia mais fazer uso dele. Se para os empresários havia *dinheiro novo*, porque não havia *dinheiro novo* para o *povo*?

7 - CONCLUINDO: RECONSTRUIR OU REINVENTAR A CIDADE?

Parece que o que até aqui se expôs mostra haver distintos “projetos de cidade” em disputa. De fato, quando se consideram medidas de médio e longo alcance, podem-se distinguir, nitidamente, dois projetos. De um lado, as elites locais se mobilizam em defesa da *reconstrução*. O empresariado e os políticos queriam “deixar a cidade bonita de novo”. De

outro lado, um difuso movimento que envolve sindicalistas, lideranças comunitárias, ambientalistas e setores da FURB tem defendido que é preciso *reinventar a cidade*.

No caso das elites, o capital privado (com forte expressão nos interesses imobiliários) e as autoridades locais têm mesmo um plano: o antes citado “Blumenau 2050”. Se o plano parecia mirabolante em junho de 2008 (afinal, de onde tirar recursos para financiá-lo?), ironicamente, ele pode ganhar vida com a *calamidade*. Um sinal inequívoco: o orçamento do município de 2009 previa exatos R\$ 81 milhões para a rubrica *obras*. Com a *calamidade*, ela pulou para R\$ 159 milhões. Além do mencionado, ainda mais grana apareceria – para cuja captação a velha/nova gestão criou, especialmente, uma *Secretaria de Governo e Articulação Política* – e outros 23 novos cargos de confiança.

Como as evidências, desafortunadamente, sugeriam:

“tudo isso [deveria seguir] seu ciclo perverso. O mundo todo de olho no estado por um mês ou dois e, depois, o esquecimento. As famílias que perderam gente acomodam sua dor. Os que perderam coisas, recuperam. E a vida segue, enquanto nos palácios os governantes contratam empreiteiros para a reconstrução. Os mesmos de sempre levarão os lucros”⁴⁸.

Permanecem sendo essas as cartas do destino da Blumenau das maiorias? No pós-desastre, as esperanças estavam no *povo* e no processo desencadeado pelos fóruns em que ele tem expressão. E as esperanças desembocaram no Movimento dos Atingidos pelo Desastre [MAD], na *reinvenção da cidade*.

É certo que este projeto, difuso, tem tido dificuldade de se afirmar. Todavia, a *negação* do projeto das elites, identificado com agressão ambiental e exclusão social, não deixa de ser um bom começo. Não há governos nem grana desse lado. O consolo é que também não há ilusão.

⁴⁸ Cf. Elaine Tavares, “As chuvas em Santa Catarina”, em: <http://www.sintufsc.ufsc.br/wordpress/?p=640>.